



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARIA HILDA DINO DA SILVA

**O MUNDO DO TRABALHO PARA O JOVEM DE BAIRRO PERIFÉRICO:  
ESTIGMAS SOCIAIS VIVENCIADOS PELA JUVENTUDE ATIVA PARA O  
MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.**

JUAZEIRO DO NORTE/CE  
2022

MARIA HILDA DINO DA SILVA

**O MUNDO DO TRABALHO PARA O JOVEM PERIFÉRICO: ESTIGMAS SOCIAIS  
VIVENCIADOS PELA JUVENTUDE ATIVA PARA O MUNDO DO TRABALHO NA  
CONTEMPORANEIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Jácsa Vieira de Caldas

JUAZEIRO DO NORTE/CE  
2022

**MARIA HILDA DINO DA SILVA**

**O MUNDO DO TRABALHO PARA O JOVEM PERIFÉRICO: ESTIGMAS SOCIAIS  
VIVENCIADOS PELA JUVENTUDE ATIVA PARA O MUNDO DO TRABALHO NA  
CONTEMPORANEIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Jacsa Vieira

Data de aprovação: 08 / 06 / 2022

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup>. Esp. Jacsa Vieira  
Orientador(a)

---

Prof.(a). Me. Sheyla Alves Dias  
Examinador(a) 1

---

Prof.(a). Esp. Maria Dalva Silva  
Ribeiro  
Examinador(a) 2

JUAZEIRO DO NORTE/CE  
2022

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Rosa Silvestre e Euclides Dino, pelo muito que fizeram por mim, à minha Família pelo apoio, aos jovens do Bairro Frei Damião pela resistência e pelo muito que contribuíram e ainda contribuem para o meu crescimento como ser humano.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço antes de tudo e todos, à Força Maior que rege o Universo, DEUS, pelo dom da vida e por ter me sustentado aqui.

Aos meus pais Euclides Dino e Rosa Silvestre, pelo muito que fizeram por mim e para mim. À minha família, João Rodrigues, Isis Dino, Winnie Dino, Miguel Raví, Saulo, pelo apoio incondicional.

Não poderia aqui deixar de agradecer aos amigos e irmãos de jornada, que estiveram comigo nos momentos mais críticos do curso, Luana Márcia, Ana Patrícia, Dalva, Iara Dino e Simone Silvestre, pessoas por quem tenho imenso carinho e gratidão e que para mim são sinônimos de fortaleza.

À Geovana, princesa da sabedoria e aos amigos espirituais que nunca me deixaram só.

Um agradecimento especial à minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Esp. Jacsa Vieira de Caldas, pelo carinho e tranquilidade na condução desse trabalho.

## EPÍGRAFE

*“Todo dia o sol da manhã  
Vem e lhes desafia  
Traz do sonho pro mundo  
Quem já não queria  
Palafitas, trapiches, farrapos  
Filhos da mesma agonia...”*

*Paralamas*

## RESUMO

O objetivo geral desse trabalho consistiu-se em procurar compreender quais os estigmas que mais afetam os jovens de periferia e as dificuldades enfrentadas pelos mesmos na inserção ao mundo do trabalho; o que pode ser realizado para amenizar ou superar, essa discriminação. A metodologia aqui utilizada, foi construída através do método de pesquisa bibliográfica de cunho teórico exploratório por se tratar de uma temática com amplo espaço argumentativo frente a realidade social a qual a juventude é atravessada, com a possibilidade de revisão de literatura. A técnica de análises de dados foi realizada através da abordagem qualitativa. O trabalho foi estruturado em três capítulos, onde o capítulo I vem tratar das particularidades da juventude trabalhadora no Brasil no século XXI; O capítulo II traz o mundo do trabalho e os estigmas sociais enfrentados pela classe trabalhadora jovem, o desafio de ser jovem e buscar vencer as estruturas racistas e segregacionista para se inserir no primeiro emprego; e o capítulo III traz o processo metodológico e uma visão crítica da situação dos jovens brasileiros no contexto atual. Conclui-se que muito precisa ser feito em relação a essa população, que os estigmas possuem caráter histórico e para isso, as ações implementadas com vistas a mitigar essas mazelas são a longo prazo, mas que outras estratégias podem ser tomadas nesse interim. Os resultados apontam para a fragilidade na condução e aplicabilidade das políticas que versam sobre esta temática. Assim, sugere-se como apontamentos, o direcionamento da atuação do Estado para com esse público; aplicabilidade das leis já existentes para esta população; capacitação de pessoas sobre essa temática, dentro de instituições públicas e privadas; criação de oportunidades de trabalho dentro das comunidades, com vistas a diminuir a evasão escolar.

**Palavras-chave:** Juventude. Periferia. Estigmas Sociais. Vulnerabilidade.

## ABSTRACT

The general objective of this work was to try to understand which are the stigmas that most affect the young people from the outskirts and the difficulties faced by them in entering the world of work; what can be done to lessen or overcome this discrimination. The methodology used here was built through the method of bibliographic research of a theoretical exploratory nature because it is a theme with ample argumentative space in face of the social reality through which young people are crossed, with the possibility of literature review. The data analysis technique was carried out through a qualitative approach. The work was structured in three chapters, where chapter I deals with the particularities of young workers in Brazil in the 21st century; chapter II brings the world of work and the social stigmas faced by the young working class, the challenge of being young and seeking to overcome the racist and segregationist structures to get into the first job; and chapter III brings the methodological process and a critical view of the situation of young Brazilians in the current context. We conclude that a lot needs to be done in relation to this population, that the stigmas have a historical character and, therefore, the actions implemented in order to mitigate these evils are long term, but that other strategies can be taken in the interim. The results point to the fragility in the conduction and applicability of the policies that deal with this theme. Thus, it is suggested as appointments, the direction of the State's actions towards this public; applicability of the already existing laws for this population; training of people on this theme, within public and private institutions; creation of job opportunities within the communities, in order to reduce school dropout.

Keywords: Youth. Periphery. Social Stigmas. Vulnerability.

## **LISTA DE SIGLAS**

**CEP** – Código de Ética do Profissional

**CF88** – Constituição Federal de 1988

**CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social

**CPC** – Cédula de Proteção Comunitária

**CONTRAFCUT** – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

**FIOCRUZ** – Fundação Oswaldo Cruz

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente

**FGV** – Fundação Getúlio Vargas

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ONG** – Organização não Governamental

**PEP** – Projeto Ético Político

**PNE** – Plano Nacional de Educação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I - PARTICULARIDADES DA JUVENTUDE TRABALHADORA NO BRASIL .....</b>	<b>13</b>
1.1 As particularidades sociais da juventude no século xxi.....	13
1.2 A classe trabalhadora jovem: características e vulnerabilidades .....	22
<b>CAPÍTULO II – O MUNDO DO TRABALHO E OS ESTIGMAS SOCIAIS ENFRENTADOS PELA CLASSE TRABALHADORA JOVEM.....</b>	<b>29</b>
2.1 Caracterizaçao social dos bairros periféricos.....	29
2.2 A juventude trabalhadora no contexto dos bairros vulneráveis.....	36
<b>CAPITULO III - DADOS DA PESQUISA: UM ESTUDO BIBLIOGRAFICO CRÍTICO SOBRE OS IMPACTOS DOS ESTIGMAS SOCIAIS NA VIDA DO ADOLESCENTE RESIDENTE EM COMUNIDADES PERIFÉRICAS FRENTE AO TRABALHO.....</b>	<b>41</b>
3.1 Caracterização metodologica da pesquisa científica .....	41
3.2 Estigmas sociais do jovem residente em área periférica: um olhar fotográfico. ....	43
3.3. Juventude periférica versus políticas públicas: ferramentas de enfrentamento dos estigmas sociais. .....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

A desigualdade e a discriminação racial andam juntas desde os primórdios da formação do Brasil, com a chegada dos portugueses que ergueram uma colônia sobre as bases do trabalho escravo, das populações indígenas autóctones e, posteriormente de africanos. Trata-se de um fenômeno histórico cujas consequências são sentidas até hoje na realidade social do país. (BATISTA, 2018)

É inegável que a sociedade brasileira é profundamente marcada por essas alterações que ao longo do tempo consolidaram a noção de racismo estrutural, que deve ser ao invés de “camouflado”, postura que gera uma falsa ideia de democracia racial, deve ser refletido, especialmente no âmbito das desigualdades sociais presentes no cotidiano e como esta realidade contribui para a disseminação de um problema posterior, que é a vulnerabilidade social.

Mediante essa constatação histórica, é possível compreender que para além do campo social, passa-se também a considerar como dimensões espaciais nas relações sociais o conceito de território. São essas observações que desencadeiam a construção da noção de periferia. A periferia se torna aos poucos, lugar onde se concentra a vulnerabilidade social e onde se perpetuam as desigualdades, o preconceito, e especialmente a violência.

Nessa caracterização dos territórios que carregam os estigmas e preconceitos, embora a violência no país tenha causas muito diversas e complexas, é preciso considerar que os índices de violência no Brasil são preocupantes. “Considerando-se apenas o seu extremo, os homicídios, entre os anos de 2005 e 2015, passaram de 48.136 para 59.080 casos, um aumento de 22,7%” (GOMES, et al, 2020, p.15).

É inquestionável porém, que a desigualdade social não atinge diretamente a todos na mesma intensidade, mas afeta em maior proporção determinados sujeitos, mais especificamente, jovens do sexo masculino, negros, pobres e de bairros periféricos, e é, portanto, neste cenário, que o presente trabalho vem apresentar uma proposta de temática que visa analisar os estigmas que muitos jovens moradores de regiões periféricas no Brasil enfrentam na realidade em que estão inseridos, por serem pretos, pobres e de periferia.

O objetivo dessa pesquisa consiste em compreender em que medida o fator de pertencimento a uma região de periferia implica na impressão de estigmas e preconceitos que acarretam uma situação de vulnerabilidade social nesses jovens, impedindo-os de um acesso amplo à educação, assim como ao mundo do trabalho. Na reflexão dos escopos específicos que compõem essa construção teórica estão: perceber as particularidades sociais da juventude

brasileira suas características e vulnerabilidades; entender como são construídas as histórias de vida desses jovens nos bairros periféricos das cidades e identificar de que modo o serviço social cria ferramentas para a busca de uma emancipação humana desses jovens trabalhadores.

O estudo teórico aqui apresentado foi construído através do método de pesquisa bibliográfico, de cunho teórico exploratório por se tratar de uma temática com amplo espaço argumentativo frente a realidade social à qual a juventude é atravessada, com a possibilidade de revisão de literatura. A técnica de análise de dados foi realizada através da abordagem qualitativa.

As inquietudes para escolha dessa temática se deu através de um trabalho voluntário realizado em uma ONG no Bairro Frei Damião, na cidade de Juazeiro do Norte, onde pudemos perceber a angústia refletida nas falas dos jovens quando se tratava de inserção no mundo do trabalho e o preconceito sofrido principalmente pelos empregadores.

No tocante ao cenário acadêmico é relevante refletir acerca dos estigmas sociais vivenciados por essa juventude moradora de periferia, reflete primeiramente, a compreensão dessa pesquisa de que, a valorização das diferenças e singularidades dos seres humanos deva ser o ponto de partida para a construção de relações horizontais de poder, que não podem se fundamentar em desigualdades sociais cujas origens se devem principalmente a uma ineficiência do Estado, especialmente no âmbito das políticas públicas voltadas a essa questão.

A relevância social dessa reflexão critica é pensar espaços de discussão que possibilitem a emancipação da juventude vulnerável, e refletir como o nosso compromisso ético político alcança essa juventude trabalhadora reafirmando a importânci da sua participação em todos os espaços sociais.

No primeiro capítulo, tratamos dos desafios enfrentados, em especial, pelo jovem brasileiro, de bairro periférico, negro e pobre, do século XXI. Discorremos sobre o que vem a significar ser jovem nesta época, e como este jovem cidadão em potência, busca seu espaço no mercado de trabalho, em disparidade não só com os de outras faixas etárias, mas, dentro de sua própria, travando uma luta que nasce desleal conforme sua classe social.

No capítulo segundo, desenvolvemos acerca dos preconceitos frente a esse jovem que busca emprego, com enfoque naquele proveniente da periferia, com toda uma construção ideológica elitista e racista, buscando ela mesma perpetuar-se sistematicamente em uma condição perene ao jovem dos bairros mais afastados dos grandes centros. Investigando a raiz cultural de tal cadeia de tipificações excluientes, buscamos entender a razão de ser de tais preconceitos.

O terceiro capítulo, por sua vez, traz os dados da pesquisa, um estudo bibliográfico

crítico sobre os impactos dos estigmas sociais, as políticas públicas e sua ineficácia assim como o papel do Estado nesse cenário e o papel do assistente social em meio a tal luta tão discrepante.

Destacamos como seu trabalho pode ser fundamental para reverter o quadro retrógrado de segregação social que ainda persiste mesmo no novo e tão inclusivo século XXI, visando assim um país mais justo, plural, e em sintonia com a realidade social, considerando que, para isto, o empoderamento dos “excluídos” é o caminho mais seguro e que levará a resultados mais duradouros.

## **CAPÍTULO I - PARTICULARIDADES DA JUVENTUDE TRABALHADORA NO BRASIL**

A pesquisa aqui proposta se inicia com uma reflexão sobre o que significa ser jovem, o indivíduo que se descobre no cruzar de gerações, num contexto de rebeldia, desconstrução e reconstrução, como elemento cultural sempre em evidência, seja negativa, positiva, ou mesmo enquanto produto mercadológico. No século XXI, esse jovem enfrenta desafios novos e complexos, que redefinem a forma como é conduzida a formação educacional e a inserção no mercado de trabalho, em uma velocidade que nem sempre é possível acompanhar.

Estar empregado, entretanto, não significa o fim dos problemas. Os diversos fatores variáveis e responsabilidades que chegam com a vida profissional, junto de problemas sociais e econômicos, podem reconfigurar a experiência com o primeiro emprego repentino. O que para um é a realização material de uma carreira almejada, para tantos outros será uma imposição para ajudar na renda de casa. São diversas as intempéries da juventude, às quais se debruçará o estudo nesta etapa.

### **1.1 AS PARTICULARIDADES SOCIAIS DA JUVENTUDE NO SÉCULO XXI**

Discorrer sobre juventude na atualidade tende a se assemelhar a uma articulação supérflua, ou até mesmo óbvia, tendo em vista que compartilhamos uma generalização da noção e do conceito de juventude, afinal, todos convivem de alguma forma como pessoas jovens e, não raro, emitem-se opiniões a respeito dessa população, sobre seus comportamentos, direitos e deveres, contribuições para a sociedade em geral e outros temas.

Buscar compreender o que é ser jovem por meio da perspectiva pós-moderna, em meio às relações de transformações que a juventude estabelece em meio a responsabilidades, tornando-se independente. Os jovens podem ser considerados, conforme propõe Minayo (2011) como uma figura que é pauta constante na mídia, dos produtos, das indústrias culturais, das publicidades, tornando assim a juventude como um público em constante construção em relação a sua imagem e conceito.

A autora supracitada discute que, o fato da juventude ser um público que permanece no alvo das mídias e indústrias de produtos e cultura, faz com que sejam também considerados como pedra angular do capitalismo, de extrema importância para as relações de cultura, dinheiro e trabalho. Essa noção da juventude como um alvo de inúmeras dimensões, foi desenvolvida inicialmente pelas ciências da criminologia, quando retratam a juventude como uma fase marcada por rebeldia, pela afronta às ordens, pela transgressão de limites, de tradições, em suma, como uma fase conturbada. Sendo desenvolvido o conceito de que nesta fase é preciso estabelecer um aumento da vigilância para com os jovens. Para Minayo (2011), essa preocupação, no mundo ocidental, dos adultos com os jovens, se da devido três questões bem determinadas: i) porque eles quebram regras; ii) porque eles são o futuro do mundo; iii) porque eles refletem os principais valores em uma sociedade.

É complexo, pois as relações estabelecidas em meio a tantas expressões e compreender a necessidade de lidar com mediações necessárias entre as dimensões singulares e universais para compreender as condições dos processos vivenciados e que são constitutivos desse segmento social. Sendo a juventude uma construção social fruto de transformações societárias impulsionadas especialmente pelas alterações de desenvolvimento das forças produtivas do século XX, pela sociedade capitalista que acarretou a exigência de melhor qualificação para o tão sonhado mundo do trabalho.

Tais relações entre capital e trabalho se reestruturam com o objetivo de ampliar as taxas de lucro para o grande capital e nessa centralidade da classe social encontra-se o jovem que pertence a esta complexa relação de interesses em disputa a se comportarem de forma passiva e uniforme (ANTUNES, 2020).

A geração Z mesmo diante das possibilidades de um futuro promissor, ainda encontra obstáculos. Entre os desafios há também as preocupações sobre o envolvimento com as questões sociais e política (SCHERER, 2020).

De acordo com o último censo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a população jovem, que compreende de 15 a 29 anos era de 51,3 milhões. Segundo Carvalho (2019), esse número soma ¼ da população do país na época. Com 25% de jovens em

faixa etária que poderia ser utilizado para o universo do trabalho, significa que o país teria muito mais jovens do que outros grupos etários.

Esse fenômeno é chamado por alguns autores de “bônus demográfico”, que significa um momento em que o País possui mais jovens se comparado aos demais grupos etários, contribui para que o capitalismo tenha uma onda de baixos salários, em especial em trabalhos que não exigem uma mão-de-obra qualificada, uma vez que o quantitativo de pessoas buscando emprego aumenta e os jovens tendem a aceitar salários menores para garantir as vagas (CARVALHO, 2019).

Se faz necessário compreender as relações sociais tendo como ponto de partida a produção e reprodução da vida social e suas manifestações no cotidiano. O núcleo familiar envolve a dimensão do trabalho com suas tensões pois há uma cobrança na contribuição para manutenção das despesas da casa, e que geralmente esses tensionamentos em torno dessa questão se dão por casos como gravidez na adolescência, abandono dos estudos e etc, que impactam diretamente na oferta de trabalho para esses jovens.

A utilização de programas de primeiro emprego para jovens é um exemplo do que fora exposto acima. Há uma lei chamada de Lei da Aprendizagem (Lei nº. 10.097), que foi instituída em 2000 e regulamentada em 2005. De acordo com o Decreto nº. 5.598 a lei estabelece que empresas, sejam elas de médio ou grande porte, devem por obrigação realizar contratação de jovens de idade entre 14 e 24 anos como um regime de aprendizagem, conhecido hoje como programa Jovem Aprendiz.

O programa Jovem Aprendiz possibilitou, pautado no estatuto da criança e do adolescente, uma discussão em relação à juventude. Pois, se para o adolescente em fase inicial o trabalho é compreendido como prejuízo ao desenvolvimento e deva assim ser adiado, para o jovem, em determinadas faixas etárias, é compreendido como um direito (BELAMIRO; LUCENA, 2020).

Todavia, não só a idade precisa ser levada em conta ao se tratar da juventude, esta precisa ser tratada como uma categoria social e histórica, não apenas como uma passagem da infância para a idade adulta. A fase da juventude tem inúmeros componentes que não apenas a idade. Belamiro e Lucena (2020) articulam através de leituras de outros autores, sobre a importância de compreender e considerar que os jovens são um conjunto heterogêneo, com posições e situações sociais diversas.

Assim, o termo a ser utilizado precisaria ser reconsiderado e citado sempre no plural, como “juventudes”, para que assim os mais diversos jovens em suas particularidades e diversidades de situações, possam ser contemplados nos debates e discussões. Essas

particularidades e diversidades podem se apresentar de forma mais marcada se a discussão caminhar para contextos de classe social e de raça. É a partir desse debate que se observa que não apenas a idade pode agrupar pessoas em um conjunto de juventude, mas que a depender da classe social e/ou da raça e cor da pele, o conjunto de juventudes passa a ser diverso em dimensões de trabalho, de estigma, comportamentos, costumes, culturas e outros.

Alguns autores utilizam o conceito de “condição juvenil” para articular sobre o que acontece com as pessoas de grupo etário da pré-adolescência até a juventude. A condição juvenil, abrange um conceito amplo e várias acepções, de acordo com Minayo (2011):

Uma delas é a que acentua os traços comuns, não obstante as dimensões de espaço, tempo e a pluralidade de condições dos que nasceram em um mesmo períodohistórico; uma segunda dá ênfase às desigualdades de classe, de gênero e de cor; e outra ainda ressalta as características e os padrões culturais. Poderíamos dizer que todas essas perspectivas enriquecem o conceito, ainda que de forma diferente (MINAYO, 2011, p.19).

É importante perceber que a juventude vem sendo marcada pela instabilidade em várias dimensões. É ainda concebida em alguns pontos de debate apenas como uma fase de transição e desempenham assim um papel importante na sociedade no que diz respeito a fatores econômicos e sociais. No entanto, as diferentes situações que são vivenciadas por jovens, não estão associadas unicamente com o período da juventude, ou com a faixa etária. Cumpre-nos, chamar atenção que variáveis como classe social, etnia, gênero e por vezes a religião são extremamente marcantes para caracterizar particularidades das juventudes (BELAMIRO; LUCENA, 2020). Essas variáveis privilegiam um recorte de classe social, a exemplo, jovens de classe trabalhadora vivenciam situações muito diferentes de jovens de classes média e alta.

De acordo com a classe social ou mesmo a cor da pele, o jovem passa a vivenciar situações diferentes de outros jovens de mesma idade. Pensando especificamente na classe trabalhadora, é para esta que as políticas públicas de assistência social são pensadas, onde a preparação para o trabalho e a entrada no mercado de trabalho são os focos. De acordo com Belamiro e Lucena (2020), a concepção parece ser que, o trabalho e os programas que o incentivam são uma “salvação dos pobres”. Quando na verdade, deveria ser compreendido a partir da perspectiva de ser um direito social. Assim, é válido discutir que as políticas públicas vem contribuindo para a emancipação do jovem, mas também há de se perguntar até que ponto elas mantém o lugar de pobreza.

A entrada dos jovens no mundo do trabalho ou em direção a autonomia financeira é uma espécie de socialização da juventude. Minayo (2011) relata nesse sentido que, historicamente

essa socialização é desigual para as classes sociais; trata-se de compreender que essa socialização de forma desigual é mantenedora, ainda que de forma sutil, do destino social de cada indivíduo, em vista do que já lhe é reservado pela estrutura social que ele se encontra.

Assim, permanecerão diferentes as particularidades e a condição juvenil daqueles que “nascem em uma família abastada com acesso a todos os benefícios da globalização econômica, social, educacional e cultural, e a de um jovem pobre de periferia cujos resultantes da globalização são, quase sempre, maiores dificuldades de inserção na sociedade” (MINAYO, 2011, p. 20).

Essa desigualdade em relação a classe social e poder econômico desagua na estigmatização que é vivenciada em específico por jovens de margens sociais periféricas. No entanto, outro ponto também precisa ser levado em consideração, o recorte de etnia, raça e nível social. Reconhecer as diferenças de particularidades da juventude no que diz respeito a classe social é imprescindível para qualquer discussão acerca dos jovens. Porem, não exclui o fato de que existem ainda dentro dessas subparticularidades, outras que aumentam ainda mais a estigmatização dos jovens, a questão da etnia e da raça e/ou cor da pele.

No Brasil, uma grande maioria da população se autodeclara como negra, de acordo com os quesitos do IBGE, são pessoas pretas e pardas. Apesar de ser maioria da população, esse grupo populacional sofre com o racismo, que se materializa através de atitudes, ações e manifestações discriminatórias dirigidas para pessoas em decorrência da cor de sua pele. Esse fenômeno perpetua-se através de estruturas racistas que interferem diretamente sobre a população negra em dimensões econômicas, trabalhistas e sociais. O que passa a determinar, de forma estigmatizada, lugares que são ou não ocupados pelas juventudes negras. O racismo é bastante presente no país, se tornando o responsável por violências, pela discriminação, estigmatização e exclusão do jovem negro e pobre (LIMA, 2020). Oliveira et. al (2021) ressaltam assim que os espaços e ambientes vivenciados por jovens brancos, não é o mesmo ocupado por jovens negros e periféricos.

Essa separação de espaços e oportunidades é evidente. Muito embora existam programas, regulamentações, leis e projetos que buscam um controle para que essa desigualdade seja cessada. As leis de cotas para acesso da população jovem negra e periférica é um exemplo do exposto. A educação pode e deve ser um ponto chave para intervir em situações de discriminação e desigualdade em relação local de moradia e nível social. Porem, Carapello (2020), chama atenção para uma realidade racista ainda dentro das instituições de ensino, uma vez que essa realidade é negada ou mascarada.

O Estado atua como uma “força de morte” quando não protege a população negra e

pobre de igual modo que os demais cidadãos, em resumo, quando despreza as suas necessidades sociais básicas. À população pobre e negra resta a oportunidade de ocupar as periferias porque são barrados socialmente em outras localidades.

É por força do próprio Estado e de suas estruturas que a população negra e pobre é levada à condição de subalternidade, desigualdade, segregação e discriminação. Esses estigmas que os jovens negros e moradores de periferia trazem consigo são constatados nas mais diversas esferas da vida social e são alimentados pela força dos estereótipos que são reafirmados e reproduzidos cotidianamente. E essa reprodução não ocorre à toa. Como disseram Elias e Scotson(2000), ela tem “a função de fazer com que os membros dos grupos *outsiders* incorporem os atributos negativos que a eles são imputados. E, ao crer na própria inferioridade, não apenas aceitam como legítimos os privilégios dos grupos estabelecidos, como os justificam” (VICENTE, 2019, p.31).

Para além, Oliveira *et. al* (2021), observa ainda que o mercado de trabalho também é um setor que leva destaque pelas oportunidades desiguais, sendo, de determinada forma, excluente para com o público jovem negro. O que leva a compreender que, ainda com o desenvolvimento de estratégias, na tentativa por uma inclusão no mercado de trabalho pelo jovem pobre, negro e periférico, ainda há a necessidade de aprimorar as políticas de assistência às juventudes em suas diversas particularidades sociais.

Nesse sentido, ao falar sobre aprimorar as políticas de Assistência Social, é preciso levar em conta o que Souza (2004, p.47) afirma ao dizer que “as ferramentas de velocidade da sociedade em que vivemos não são mais as pernas.” O que ela deseja discutir é que as transformações, a diversidade e a mudança dos cenários atuais devem ser uma constante reflexão sobre a vida. A juventude ainda existe e se mantém, porém, os gostos, as atitudes, comportamentos e os sonhos estão cada vez mais difíceis de compreender e concretizar.

A autora supracitada retrata que a sociedade contemporânea gera na juventude demandas amplas e complexas, no entanto, não lhes oferece ou fornece meios possíveis para que tais jovens sejam inseridos nos meios de convivências com suas formas diversas de expressão e suas bandeiras de lutas. Ainda existem muitas lacunas a serem preenchida no que diz respeito ao entendimento da condição juvenil na atual sociedade.

No século XX, os estudos apontavam o futuro com uma certeza de mudança. As formas de ver o mundo seriam desmontadas e a racionalidade técnica, as vezes de forma única, daria lugar a formas de pensamento diversas, onde cada um inventaria novas possibilidades de resolução em cada nova situação. Assim, fazendo com que houvesse múltiplas possibilidades de escolhas em tudo, ainda que nem todas fossem possíveis a todos. No entanto, a multiplicidade

das juventudes gerou uma constante fluidez nos mais diversos aspectos da vida, os dados previstos para o futuro “demonstram que a racionalidade moderna parece não ter cumprido suas promessas de progresso e bem-estar” (SOUZA, 2004, p. 52).

As condições sociais do último ano do século XX demonstram que essas promessas de mudanças, progresso e bem-estar não estavam de acordo. No senso do IBGE do ano 2000, os jovens do período, de 15 a 24 anos, somavam no Brasil cerca de 34 milhões, e os indicadores de trabalho sugerem as piores taxas de desocupação é no público jovem, onde os jovens representaram 62,2% do montante total de pessoas que perderam um emprego assalariado. De acordo com Souza (2004, p.52) “parece que as portas do primeiro emprego foram fechadas para os jovens brasileiros, em especial os oriundos de classes populares, o que representa um passo para a frustração e o desânimo”.

Umbelino e Sathler (2016), discorrem sobre as projeções que estas envolvem tarefas bastante complexas, precisando levar em consideração aspectos como diversidade demográfica, econômica, social e política, bem como ambientais das populações que sepretendem realizar determinada análise.

Nesse sentido, os autores, realizam um estudo onde a pretensão é levantar projeções para a juventude, ou seja, para as populações de jovens da faixa etária entre 15 e 24 anos, considerando os jovens residentes nas grandes metrópoles brasileiras, a realização das projeções foram pensadas para um período dos anos de 2020 e 2030. Eles incorporaram uma série de indicadores, os principais aqui destacados são: educação e acesso ao mercado de trabalho (UMBELINO; SATHLER, 2016).

No entanto, vivenciando o ano 2022 em que a politica do atual governo apresenta uma base conservadora, pode-se esperar que em ano eleitoral as projeções sejam desfavoraveis para a juventude e para as politicas publicas sociais. Belchior, em 1976, já discorria em sua canção que “o sinal esta fechado para nós que somos jovens,” na contramão de um governo autoritario e comprometido com o sistema capitalista, as formas de resistencia da juventude tem sido o seu engajamento no cenário politico e com o seu poder de descisão atraves do voto.

De acordo com Umbelino e Sathler (2016) as projeções para a quantidade de jovens total do Brasil Metropolitano será um número reduzido entre 2020 e 2030, o número em 2030 seria aproximadamente 8 milhões de jovens. De acordo com os autores, isso será devido a diminuição do número de natalidade que vem acontecendo nas regiões analisadas.

Com base nessas projeções, os autores traçaram ainda tendências de indicadores relacionados a educação de jovens no período de tempo acima citado. E os números são assustadores no que osautores consideram um cenário pessimista, em especial no que diz

respeito a jovens alfabetizados:

Em 2006, havia aproximadamente 133 mil jovens analfabetos no grupo etário de 15 a 24 anos de idade no Brasil Metropolitano, sendo que 24.688 jovens pertenciam ao grupo etário de 15 a 17 anos e, 108.555 jovens estavam no grupo etário de 18 a 24 anos (Tabela 5). Projeta-se, pelo cenário constante, que o número total de jovens analfabetos nessas regiões irá diminuir em 12,9% entre 2006 e 2020, e diminuir em mais 17,3% entre 2020 e 2030. Isto representa uma redução de aproximadamente 17 mil jovens analfabetos entre 2006 e 2020, e de mais 20 mil jovens analfabetos entre 2020 e 2030. Como no cenário constante o percentual de analfabetos mantém-se inalterado em todo o período, essa redução é explicada somente pela diminuição do número projetado de jovens (UMBELINO; SATHLER, 2016, p.152).

Por outro lado, também apresentam projeções que consideram como um cenário otimista. De acordo com os autores acima citados, projeta-se que as taxas diminuam no ritmo que aconteceu em 1996 e 2006, onde o número tende a cair entre 2006 e 2020 em 71,2%, e que entre 2020 e 2030 o número de jovens analfabetos cairia em 62%. “Isso representa uma redução de quase 95 mil jovens analfabetos entre 2006 e 2020, e de mais 24 mil jovens analfabetos entre 2020 e 2030” (UMBELINO; SATHLER, 2016, p.153).

Em relação aos cenários de trabalho, os autores retratam que a taxa de desemprego entre jovens tende sempre a ser mais alta que de adultos. Os números nos anos de 1996 e 2006 mostrava uma participação dos jovens no mercado de trabalho com um percentual 16%, no grupo de jovens entre 18 a 24 anos de idade, uma vez que é na maioria que os jovens podem ser empregados assalariados. A projeção que os autores fizeram mostra um cenário pessimista, quando relatam que essa “proporção continuou caindo, sendo de 5,3% e de 12,5% para os grupos de 15 a 17 e de 18 a 24 anos de idade em 2020 e de 3,7% e de 10,9% para estes mesmos grupos no ano de 2030” (UMBELINO; SATHLER, 2016, p.160).

Infelizmente, as projeções futuras sobre o mercado de trabalho e as oportunidades para se inserir nele não são estáveis ou completamente positivas, pois ao tempo que este é um assunto em constante discussão, suas características históricas e sociais são somadas a características como o aumento da estimativa de vida dos cidadãos e a renovação dos modelos de negócio na sociedade, as quais criam pressões no planejamento dos sistemas de educação, proteção social, organização do trabalho, entre outros (CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020).

As estimativas do World Economic Forum (2016) afirma que 65% das crianças, quando se inserirem no mercado de trabalho, ocuparão profissões que ainda não existem na atual estrutura organizacional. A este respeito, a União Européia se destaca como cenário que reflete essa mudança recorrente das tecnologias do trabalho, que consequentemente modificam as oportunidades de emprego oferecidas e as capacidades dos candidatos exigidas para as vagas

(LOPES, 2020).

Percebe-se nesse cenário que as habilidades necessárias para ingressar e progredir no mercado de trabalho atualmente estão em constante mudança, sugerindo que muitos dos conhecimentos adquiridos no início de um curso técnico, por exemplo, estarão desatualizados quando o aluno se formar, exigindo, portanto, que sejam oferecidos também de maneira constante cursos de reciclagem e atualização destes profissionais, para que possam se manter competentes diante das exigências do mercado.

No entanto, em contrapartida a um mercado que exige cada vez mais formação, capacitação e competência, esperando que o profissional apresente habilidades inovadoras no cumprimento das suas funções, a taxa de jovens que não está estudando, trabalhando ou realizando algum tipo de formação profissional, é crescente. Logo, a transição entre a escola e o mercado de trabalho ou apenas a inserção no mercado de trabalho tende a ficar cada vez mais difícil, ao passo que até mesmo as funções iniciais tem exigido competências e habilidades específicas, reduzindo as oportunidades para os jovens que não buscam se atualizar e capacitar em consonância com as evoluções do mercado (LOPES, 2020).

Em razão desse cenário, as gerações nascidas entre os anos de 1995 e 2002, chamados de Geração Z, e mais ainda os nascidos entre 1983 e 1994, chamados de *Millennials*, já sentem os impactos sociais, econômicos e psicológicos de estarem inseridos ou tentando se inserir em um mercado dinâmico, que não apenas se modifica, mas exige que seus componentes também renovem-se. E, embora com características diferentes, o mercado de trabalho projetado para alguns anos permanecerá dinâmico, o que condiciona a inserção dos jovens atuais neste espaço, a sua formação, atualização dos seus conhecimentos e capacidade de adequação (CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020).

Finalmente, é possível dizer que este processo de busca pela inserção e progressão no mercado de trabalho torna clara a importância de lições históricas que incentivam a necessidade de manter o processo de aprendizagem atualizado por toda a vida. Dessa forma, não só os jovens devem estar atentos a sua formação, mas os adultos também precisam se dedicar a atualizações que os preserve competitivos e capazes de atender as necessidades do mercado e da sociedade que se modifica a cada instante (VENDRAMINI *et al.*, 2017).

Aquilo que caracteriza a juventude, portanto, é mais que qualquer coisa sua propensão à mudança, ao fluir e ao fruir. A educação é a principal arma e defesa do jovem num mercado tão instável e desfavorável, mas apenas uma educação moderna, atualizada e informatizada, que se propõe a dar aos jovens as ferramentas adequadas para a conquista de uma formação atual e abrangente, para além da mera capacitação técnica formal, permitirá à juventude do

século XXI acompanhar as transformações de que precisa.

## 1.2 A CLASSE TRABALHADORA JOVEM: CARACTERÍSTICAS E VULNERABILIDADES

A juventude brasileira carrega em si um legado de educação para o trabalho, as diretrizes educacionais ainda são dotadas de educar para um fazer dentro da sociedade, o que se aprende hoje, se aplica no campo de trabalho. Podemos perceber esse aspecto nos crescentes campos educacionais técnicos integrais, onde o aluno mescla o ensino tradicional com capacitação direta para o trabalho.

Ainda que possamos pensar em um avanço na qualificação profissional dos jovens, sabemos que o grande interesse do capital contemporâneo é que esse mesmo possa tornar robusto o cenário mercadológico com mão de obra nova, parcialmente qualificada em sua minoria, e sedenta de renda em sua maioria. (ANTUNES, 2020)

Aqueles que não são abarcados pelas escolas técnicas profissionalizantes, vão passar pelo crivo do trabalho precário, terceirizado, subordinado, e por vezes sub-humano, se tratando de jovens de regiões carregadas de estigma e mazelas esses ainda vão encontrar em seu caminho o preconceito e a segregação por partes dos empregadores. Para compreendermos melhor, é só observar quais empregos formais os jovens de regiões pobres e periféricas conseguem?

Nossa juventude não enxerga possibilidades de realização profissional e pessoal, esse é um problema que não se limita apenas a quem o vivencia na pele. Não é responsabilidade somente dos jovens buscar soluções para seus desafios e o fato de desejarem mudar de país para tentar a vida deixa evidente que o esforço individual parece surtir pouco efeito quando o contexto macro é desfavorável.

Um dos aspectos formadores desse cenário parte do acesso a educação profissionalizante ou que, de alguma forma, prepare o jovem para se inserir no mercado de trabalho. No Brasil, a educação profissional e tecnológica é atualmente oferecido das seguintes formas: ensino médio e técnico na rede federal, estadual ou municipal, além das instituições privadas, e que pode ser realizado de maneira concomitante ao ensino médio ou não; o sistema S, realizado pelos serviços nacionais de aprendizagem e de serviço Sesi, Senai, Sesc, Sebrae, Senat, Sest e Sescoop; universidades públicas e privadas; centros mantidos por sindicatos de trabalhadores; escolas e fundações mantidas por empresas privadas; organizações religiosas, comunitárias e/ou educacionais, não governamentais, de ensino profissional regular ou livre a distância (MORAIS; PILLOTTO; VOIGT, 2017).

Em alguns desses programas é oferecida a possibilidade de encaminhamento dos alunos as vagas disponíveis no mercado de trabalho, de acordo com a capacitação que realizaram, ação esta que facilita o acesso dos jovens a vagas de emprego. Entretanto, cumpre citar que o cenário nacional de desemprego é uma das variáveis que influenciam nas oportunidades disponíveis e oferecidas aos jovens (LÔBO; GOMES, 2019).

No entanto, um dos grandes pontos destacantes desta discussão e que merece receber atenção refere-se a falta de acesso de muitos jovens até este nível de formação, posto que a deficiência do sistema educacional do nosso país existe desde as etapas iniciais do aprendizado, o que reflete exatamente na futura capacitação profissional destes sujeitos, posto que não possuem nem mesmo os conhecimento básicos. Logo, ressalta-se que uma das medidas necessárias para modificar este cenário consiste no investimento de ações de incentivo a frequencia escolar das crianças, até que completem todas as etapas de formação do ensino comum e regular (LÔBO; GOMES, 2019).

Acrescenta-se ainda as disposições do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011 – 2020 (PNE – 2011/2020), que destacou em seu art. 2º a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do país, apresentando metas e estratégias a serem adotadas por todos os níveis governamentais, entre as quais define na meta nº 11 a busca pela “duplicação das matrículas na educação profissional técnica e nível médio, assegurando a qualidade da oferta”. Logo, percebe-se que o planejamento do Ministério da Educação apresenta de maneira clara o objetivo da educação voltada à formação humanística e também profissional, algo que já era discutido desde o ano 2000. Não obstante, o cenário geral da formação dos jovens e seu acesso ao mercado de trabalho demonstra que as Políticas Públicas ainda não alcançaram as metas definidas (MORAIS; PILLOTTO; VOIGT, 2017).

Sendo assim, percebe-se que não é apenas de responsabilidade das políticas públicas, mas das empresas, das instituições de ensino e das entidades de apoio à juventude uma ação de forças integradas para alavancar oportunidades para os jovens no início de carreira. Todos perdemos quando a potencialidade e o talento de milhões de jovens brasileiros não são usados a serviço de seu país. Estamos desperdiçando inteligência, energia e diminuindo as possibilidades de contribuição de toda uma geração que se encontra desiludida e sem perspectivas de curto e médio prazo (SOUZA, et al, 2021).

E quando o jovem se encontra em uma situação que junta desemprego e evasão escolar, a problemática central enfrentada é uma subcategoria da juventude, que carrega o estigma de desinteressado e vadio, quando na realidade ele é um vulnerável, vítima da pobreza estrutural e do abandono do Estado, não alcançando a expectativa traçada pela sociedade sobre sua

trajetória educacional e laboral, que re flete um modelo de classe que não condiz com as condições ofertadas ao jovem que além de conviver com a falta emprego formal e ensino regular, também está imerso em uma estrutura socioeconômica que envolve alimentação, saúde, transporte, educação, segurança.

Rado e Boneti (2009) relatam que é importante entender que o conceito de vulnerabilidade social pode estar diretamente relacionado com a situação daqueles jovens socialmente excluídos. Há amplas vicissitudes e idiossincrasias que, na realidade dos jovens pobres, vão além de questões de renda e financeiras. A vulnerabilidade social envolve questões de insegurança, exposição a riscos provocados por questões socioeconômicas, não acesso a insumos, recursos ou estratégias que possibilitem esses sujeitos enfrentar as dificuldades que lhe são impostas.

Os autores discutem que o conceito e a compreensão de vulnerabilidade social precisam ser vistos para além da insuficiência de recursos materiais, se faz necessário enxergar as pessoas socialmente vulneráveis como aqueles que não tem devida integração em outros aspectos, como por exemplo o trabalho e a inserção em sociabilidades. O trabalho não apenas como meio para ter recursos financeiros, mas também como uma referência cultural, simbólica e social, que permeia a existência dos jovens em outros ambientes.

Para além do trabalho como um meio de obter recursos econômicos, ele é uma inserção relacional, que caracteriza-se pelos vínculos que os jovens indivíduos estabelecem com os grupos e o fazem ter a percepção de que são pertencentes a um grupo (RADO; BONETI, 2009).

É importante ressaltar assim que, os vínculos sociais familiares, de amigos e de trabalho se fazem importantes não apenas por suas funções únicas, mas sim por fazerem parte da construção do indivíduo como um ser social. O trabalho estável e a boa sociabilidade sócio-familiar são os dois principais responsáveis por esse vínculo social do ser humano, quando esses vínculos são ausentes, seja pela não inserção ou não integração do indivíduo, acontece o que se chama de desfiliação, que é um modo peculiar de dissociação do social. Essa desfiliação e consequente dissociação tem uma grave implicância na vulnerabilidade social (RADO; BONETI, 2009).

Ainda referenciando os autores acima, consideram que se tratando dessa vulnerabilidade social, onde os conceitos de desfiliação e dissociação estão presentes e implicados, o cerne da questão está associado à condição de marginalidade dos sujeitos. Onde, para garantir aos jovens nessas condições o acesso ao mundo do trabalho e as oportunidades equiparadas, é necessário antes, o acesso à educação pública de qualidade que possa promover o conhecimento

historicamente produzido pela sociedade. É exatamente uma boa educação que permitirá o jovem sair de sua situação de vulnerabilidade social nos termos anteriormente discutidos. O acesso a essa educação e ao conhecimento passa por questões como:

o acesso e permanência na escola, sendo vedada qualquer forma de descriminação e segregação; gratuidade de ensino público com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; valorização dos profissionais do ensino; gestão democrática e colegiada como forma de administração do estabelecimento; garantia de educação e cuidados com qualidade social, de modo a efetivar o direito a uma aprendizagem significativa, aos alunos em condições de vulnerabilidade, garantindo maior inserção no processo educativo (RADO; BONETI, 2009, p. 3616).

A discussão parte ainda para a necessidade de que as instituições de ensino colaborem com a democratização do acesso à escola, bem como das devidas condições de permanência desses alunos, uma vez que alguns jovens em situação de vulnerabilidade social passam a trocar o ambiente escolar por trabalho para auxiliar a renda da família. Para Rado e Boneti (2009) uma solução viável é o incentivo das políticas públicas de manutenção dos alunos na escola, formas de redistribuição e emancipação que possam garantir ao aluno uma renda básica em forma de bolsa de estudos, como meio de garantir que a população de jovens mais vulnerável possa não apenas ter o livre acesso, mas também a permanência e o retorno à escola, para futuramente serem uma classe de trabalhadores jovens.

A lei nº 12.852/2013 trata sobre o Estatuto da juventude, que classifica a faixa etária dos jovens entre 15 anos e 29 anos, dentre esse espaço temporal os jovens podem passar por oportunidades de estágio contemplados pela devida lei, como também o programa jovem aprendiz. Ainda que as leis abram espaço para o mercado de trabalho da juventude, uma parcela considerável ainda é contemplada ora pelo desemprego, ora pelo trabalho informal precário, sem garantias e que consomem quase que toda a capacidade intelectiva dos jovens.

Diante do cenário brasileiro uma porção ainda pequena dos jovens conseguem trabalhos formais. Vivemos no Brasil uma informalidade estrutural a nós forçada, os trabalhadores tiveram que “engolir” as condições devido a um número crescente de exército industrial de reserva que compõe, em sua maioria, jovens (ANTUNES, 2020).

Nesse sentido as pesquisas acadêmicas se voltaram para um interesse em comum, a revelação das discrepâncias sociais, culturais e raciais que se intensificaram ainda mais durante o período da pandemia da covid 19, iniciada em março de 2020 e estende-se até a presente data. Nessa direção é notório que o capitalismo do século XXI é composto por formas difíceis de trabalho, que apesar de modernizadas pelo impacto tecnológico, ainda é conduzida por baixos

salários e longas jornadas de trabalho. Sendo assim, o levantamento de dados demonstra como o cenário da pandemia tornou a precariedade do trabalho no Brasil ainda mais evidente e prejudicial para a geração de novos adultos (DURÃES, 2020).

Pesquisas realizadas por diversas instituições brasileiras como UFBA, UNIRIO E FIOCRUZ, mostraram que de 2020 até hoje a mão de obra mais barata é de a jovens, e se esse jovem for negro e mulher ainda precariza de forma mais incisivas as condições de trabalho. Na ascensão da terceirização e do fenômeno de uberização a condição da juventude brasileira tende a se agravar.

De acordo com a pesquisa ‘Levantamento sobre o trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil’, do Núcleo de Estudos Conjunturais, da Faculdade de Economia, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A pesquisa revela ainda que quase um terço (30,1%) iniciou nesse ‘ramo’ durante a pandemia de Covid-19, 76,7% têm a atividade de entrega como sua ocupação principal e 70,5% trabalham seis ou sete dias por semana – destes, 68,5% têm uma jornada de nove ou mais horas por dia. Além disso, durante a pandemia, 47,9% dos entrevistados tiveram seus rendimentos menores do que o salário-mínimo (FIOCRUZ,2021, p.1).

No período de escravidão, o Brasil teve raízes inegáveis que rememoram o trabalho informal e viabilizam o que hoje é chamado de trabalho de rua. Esse cenário latente sempre foi uma forma típica de um meio de sobrevivência de grande parte da população de nosso país, ainda mais diante do cenário pandêmico que se vivencia até os dias de hoje (SOUZA, et. al, 2021).

A pandemia inaugurou um processo de manutenção social diferente dos que era possível enxergar no cotidiano, pois mesmo que estagnados durante um tempo, a classe trabalhadora tornou possível o processo de reinvenção nesse contexto e buscou novas formas de sobrevivência (DURÃES, 2020). Sendo assim, é explícito que a população jovem é impactada pela reestruturação produtiva, e é a que mais sofre diante da flexibilização das relações de trabalho, sendo a precarização uma das formas mais veementes de antagonizar o trabalho para os jovens (BOIAGO, 2017).

No ano de 2019 a Fundação Getúlio Vargas (FGV) produziu uma pesquisa sobre a situação da juventude brasileira apta para o trabalho, e o vasto desemprego dessa população, a pesquisa compreendeu que:

De maneira geral entre os jovens a renda da metade mais pobre caiu -24,24% contra -14,66% da média geral. Os fatores queda, renda e aumento de desigualdade entre os jovens são os mesmos aumentos de desemprego, redução de jornada de trabalho, queda do salário por hora/ano de estudo. Enquanto os anos de estudo e a participação

trabalhista que são as variáveis mais sob controle dos jovens atenuam duplamente os efeitos desta recessão excludente (NERI,2019, p.03)

Nesse sentido, é possível notar que as transformações do mundo impactam o mercado de trabalho, e por consequência a renda desses trabalhadores, que nesse quesito, são jovens diretamente impactados por essa organização social. Os dados remontam como é preocupante ser jovem em nosso país e estar fora do mercado de trabalho, ou se estiver nele, viver com poucas ou até nenhuma qualidade de trabalho e vida.

Em 2020, dos 50 milhões de jovens residentes no Brasil, um pouco mais da metade encontravam-se em situação de desemprego, e os cortes de salários já chegaram a um pouco mais de 34%, dados do Fórum Econômico Mundial de 2021, publicados e traduzidos pela CONTRAFCUT, dispõe que:

Os mais novos foram os mais afetados pelo desemprego desde o início da pandemia do coronavírus: a taxa foi de 31% para jovens adultos e chegou a 53% entre adolescentes. O percentual relacionado à força de trabalho em geral é de 17%. No setor informal, que abriga 80% dos jovens trabalhadores no mundo, o impacto também foi sentido. Ao todo, o número de jovens que não têm emprego, educação ou treinamento, já somava 21% no início do ano passado e é provável que aumente em 2021(CONTRAFCUT, 2021, p.1).

É possível notar, diante dessas considerações que há nuances da sociedade que são veladas em situações como as que vivemos nos dias de hoje, em que o mundo busca se recuperar de um impacto econômico tão grande causado por um vírus que “pausou” o mundo por instantes. Portanto, perceber o movimento que gera conflito e desarmonia entre as classes, é se desprender de uma dominação que nos impede de enxergar as opressões sofridas pelos trabalhadores, seja ela jovem ou não e que ficou na superfície da sociedade quando sofremos os impactos trazidos pela pandemia.

Há uma necessidade urgente de pensarmos e observarmos que lugar a sociedade atribui aos jovens pobres, negros, sem muita qualificação profissional. Será que esses jovens serão convencidos de que o único lugar de trabalho que lhe cabe é ainda em uma realidade escravista de servidão? Observamos quantos jovens negros e moradores de regiões periféricas conseguimos ver estagiando em agencias de banco, em shoppings, em locais de fácil visão?

Quando respondemos essas perguntas conseguimos ver as características da juventude brasileira apta para o trabalho, compreendendo classe trabalhadora desempregados, trabalhadores formais, terceirizados, precarizados, motoristas de aplicativo, considerando que o desalento do trabalho formal contempla uma parcela significativa dos jovens trabalhadores de primeira viagem (ANTUNES, 2020)

A juventude que vivencia uma vulnerabilidade socioeconômica latente, não escolhem, são empurrados para o mercado de trabalho, por vezes trabalham para ajudar a mãe, o pai nas despesas da casa, ou até mesmo conseguir possuir algum bem material que não foi possível até então. Desse modo pela falta de experiência, e pela baixa qualificação se submetem a condições desfavoráveis para ele, e totalmente favoráveis para o mercado como mão de obra barata, vulnerável, pobre e submissa.

Dotados de características físicas e territoriais estigmatizadas, como homens e mulheres negros, de baixa renda, que residem em situação de vulnerabilidade socioeconômica territorial, que possuem dificuldade de acessar as políticas públicas, e que a mobilidade também é precária devido à distância residencial das centralidades, fator que influencia na contratação. Os estereótipos, a linguagem, as vestimentas também são artifícios de negativa da contratação, ou artimanha de ludibriar e coagir o jovem a não reivindicar seus direitos, pois a alienação mercadológica e a vulnerabilidade fazem com que ele incorpore que é melhor ter emprego do que ter direitos (CECARELLI, 2021).

Por vezes o Estado, se isenta da responsabilidade com a juventude, e a exclusão social que recai sobre eles acentua sua condição paupérrima, que não se justifica por qualquer condição particular que esse jovem venha a passar. Como exemplo envolvimento com álcool e drogas, gravidez na adolescência, adoecimento mental como ansiedade e depressão, entre outras condições que se instalaram pela omissão de políticas públicas ativas que contemplam essa população no rol da seguridade social. A inclusão desses jovens nas políticas de assistência e saúde como forma de prevenção e proteção de comportamentos de risco, e capacitá-los para uma visão ampla do direitos sociais previdenciários que lhe são próprios, direitos que recaem sobre todo cidadão apto para atividade laboral.

Não podemos deixar de registrar as hostilidades em que os adolescentes estão sujeitos no meio da burguesia até mesmo quando estão exercendo alguma função com trabalhos formais ou informais. E se tratando de trabalhos informais lembramos dos jovens que pelos mais variados motivos usam os sinais de trânsito das cidades metropolitanas, para por meio de atividades executadas que vão de panfletagem até ao comércio de pequenas guloseimas, são tratados com inferioridade tornando-se indesejáveis em uma sociedade mesquinha.

A necessidade de adentrar no campo do trabalho aumentou com a pandemia da covid-19, é importante frisar que não só a baixa geração de empregos como a qualidade deles afetou visivelmente as famílias surgindo a necessidade para complemento da renda familiar que o jovem se veja tendo que escolher qual a fome vai ser saciada, a de conhecimento ou a da necessidade fisiológica. É de suma importância fazer um recorte entre os jovens na hora de

avaliar a precarização do cenário do mercado de trabalho nessa faixa etária

Considerando as construções sociais presentes na sociedade, cada ideia a respeito dos jovens enraizada nas tradições atuais e futuras localizadas em lugar e tempo específicos, partindo do pressuposto que um estigma é um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo nessas preconcepções estão as condições objetivas e subjetivas que compõem esse estigma tendo como discurso idealizado da igualdade entre os cidadãos. Desfavorecido por sua identidade social em sobressai principalmente quando existe preconceito com sua pobreza e todos os seus desdobramentos.

O fato de estar inserido em família de condições econômicas desfavoráveis e viver em locais afastados, excluídos dos centros urbanos sem condições básicas e infraestrutura torna-se invisível diante do poder público, sendo considerados o classificados como subclasse perigosa. Além de carregar o estigma do pobre também ele é associado a marginalização de uma sociedade dando continuidade a uma história que apesar das revoluções burguesas está enraizada na contemporaneidade

## **CAPÍTULO II – O MUNDO DO TRABALHO E OS ESTIGMAS SOCIAIS ENFRENTADOS PELA CLASSE TRABALHADORA JOVEM.**

Se ser jovem já é em si um desafio, há ainda inúmeros outros a serem transpostos dependendo da classe por ele ocupada. Por classe aqui não basta entender um conceito reducionista que sintetize tudo em um fator econômico. Os estigmas sociais, culturais, e por vezes psicológicos, que formam as estruturas de classe do país vão tão fundo na história do Brasil quanto sociedade e nação, que convém analisar as origens e quais são as consequências de tais estigmas que o jovem enfrenta, sobretudo num contexto de periferia.

A ideia de segregação da periferia como expressão de discriminação econômica, social e racial, já tão evidente em várias camadas culturais e midiáticas, não é novidade para ninguém. O que aqui se propõe é buscar entender como esses conceitos ainda persistem hoje, e porquê são tão difíceis de superar, por mais inclusiva que a era da informação e da ascenção tecnológica busque ser, ou ao menos é isso que se esforce para dizer. Ainda se precisa evoluir como sociedade, e a periferia precisa estar no cerne de tal processo evolutivo.

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS BAIRROS PERIFÉRICOS**

Historicamente, o conceito de periferia começa a ser aplicado principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e eclosão da Guerra Fria, na qual periféricos eram aqueles países distanciados do centro representadas pelas nações com alto potencial econômico e também armamentista.

No contexto brasileiro, esse termo é resultado do acelerado e desordenado crescimento urbano ocorrido principalmente a partir da década de 1970, que ocasionou um movimento de ocupação populacional de áreas de morros desocupados. Com o tempo, se tornou possível perceber que “centro e periferia representam polos da teoria de desenvolvimento econômico, delimitados pela concentração de poder econômico, de um lado – o centro – e ausência deste no outro lado – a periferia –, o que ultrapassa a dimensão geográfica (...)" (FERREIRA, *et. al.*, 2021, p.03).

Obviamente, devido à sua complexidade, conceituar o termo periferia não se constitui tarefa simples, mas cabe evidenciar a compreensão que o termo refere-se aos

espaços urbanos distanciados pelos serviços públicos e privados de apoio à vida urbana, desde a infraestrutura em rede (água, esgoto, energia, telefone etc., mas também vias pavimentadas e calçadas) aos serviços de atendimento à saúde, à segurança, ao lazer; comércio, transporte e outras funções especializadas (SANTOS, 2018, p.04).

Por sua própria constituição, as periferias foram ao longo do tempo sendo estigmatizadas e responsabilizadas pela violência social, caracterizadas popularmente como “lugar perigoso”. Estabeleceu-se no senso comum o entendimento das periferias como “locais segregados, onde se manifestam as principais formas de violência, ou seja, a exploração econômica, social e política que são passíveis de diferentes formas de territorialização” (GOMES, 2020, p.25). Esse tipo de pensamento apenas perpetua um estereótipo que apenas colabora para alimentar uma perspectiva reducionista da periferia.

Essas concepções partem de julgamentos morais e juízos de valores designando a periferia “de maneira pejorativa, como lugar social de pessoas pobres, desqualificadas e de poucas potencialidades. Essa assertiva (...) sustenta-se nas representações estereotipadas que relacionam o morador da periferia à dimensão da ilegalidade” (SILVA; SILVA JÚNIOR, 2021, p.185). Esse tipo de compreensão é incorreta à medida que se entende a periferia como um lugar “problemático” que afeta a “qualidade” da cidade se inviabiliza a possibilidade de se visualizar a periferia também como um lugar de potencialidades.

É inegável que o fenômeno da violência urbana, ainda que multifacetado, esteja diretamente relacionado ao contexto socioeconômico e cultural da sociedade e que por isso,

assuma mais relevância em áreas periféricas dos grandes centros urbanos. Mas o espaço territorial em si não representa a causa do problema. A raiz encontra-se na verdade em uma incipiente presença do Estado que produziu “um espaço favorável ao crescimento da violência, ao oportunizar práticas ilícitas, como o tráfico de drogas e de armas de fogo, que, por conseguinte, são intimamente relacionadas às manifestações de violência” (FERREIRA, *et. al.*, 2021, p.03).

Os acontecimentos que lotam os jornais policiais diariamente diagnosticam um fenômeno social frequente e preocupante. Diz respeito a uma série de elementos que condicionam a criação de estereótipos que fazem a sociedade acreditar que esses indivíduos são temíveis. Darcy Ribeiro aponta que o temor da classe oprimida sempre fez parte das elites brasileiras e uma boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente. (RIBEIRO, 1995)

A este fenômeno cultural e social, que considera o cidadão periférico previamente culpado e punível, dá-se o nome de criminalização da pobreza. Sendo ela bastante antiga e resistente a tantas transformações, a criminalização da pobreza tem uma razão de ser muito mais profunda dentro da sociedade brasileira, e se manifesta na repulsa a movimentos culturais de cunho popular em comunidades, no uso de força policial com o intuito de conter concentrações de juventude negra e periférica em shoppings e praias, e em especial em sua forma mais brutal, na violência legalizada e justificada.

A periferia ainda está no centro do palco, nos constantes episódios que apontam para uma seletividade do trabalho da justiça brasileira. Mais de 3.100 processos de recursos para aplicação do princípio de insignificância para pequenos furtos foram apreciados pelo Supremo Tribunal Federal no período entre 2010 e 2022. Uma reportagem do site Metrópoles destacou como há muitos casos onde o próprio custo do processo ultrapassa qualquer prejuízo gerado pelos roubos:

Em fevereiro de 2020, R. foi preso por roubar dois xampus, que custavam R\$ 10 cada, em Barra Bonita, interior de São Paulo. Por subtrair dois steaks de frango, de R\$ 2 cada, C.F.H. foi preso em Araxá, Minas Gerais. Por tentar pegar sem pagar duas peças de lombo suíno, de R\$ 65, R.L. foi preso em um supermercado da capital paulista, em 2018. Por furtar um creme de pentear de R\$ 7 na zona leste da capital, A.F. foi preso em 2019. (FREITAS, 2021)

Mais do que uma discussão jurídica, o que nós temos ao elencar estas histórias são sintomas de uma sistemática criminalização da pobreza em seu estágio mais avançado e desenvolvido. Ao passo em que crimes de ordem tributária gozam da complacência da

possibilidade de serem tidos como insignificantes até os R\$ 20.000,00 (Lei Nº 10.522/2022, art. 1º, II), com ainda a oportunidade de parcelamento por vários anos e a total extinção de punibilidade ao fim do pagamento, moradores da periferia são presos por furtos no valor de R\$ 4,00, com recursos chegando até a suprema corte. Como foi o caso da mãe que foi “Presa após furtar duas garrafas de refrigerante, dois pacotes de macarrão instantâneo e um pacote de suco em pó em um supermercado de São Paulo, uma mulher de 41 anos, mãe de 5 filhos” e que teve o pedido de liberdade negado duas vezes pela Justiça, conforme é noticiado na página da UOL (2021)

A criminalização da pobreza, também no cerne de políticas de eliminação de desabrigados (como no caso clássico do complexo problema do centro de São Paulo) e na fiscalização seletiva, fortemente concentrada nos menores e mais vulneráveis elementos de uma cadeia produtiva, apesar de ser um problema global, nutre na realidade brasileira particularidades que remetem a séculos de uma sociedade atrelada à escravidão.

Com a desumanização própria de qualquer regime escravocrata, este indivíduo excluído, o “outro”, o negro escravizado que viveu e vive dentro de uma estrutura política e social que separava o país em dois. País no qual ele jamais poderia ser dono de sua vida, tomar seu papel de cidadão, ou ser considerado, por uma pura questão racial, parte do país dominante que usufruía da força de trabalho escrava proveniente do país dominado. De repente, com a liberdade, este escravizado se vê também perdido num paradigma social que não foi feito para recebê-lo. Começa assim, como diz Jessé Souza (2017), uma estrutura de classe brutal que não dava conta de todas as suas camadas de desigualdade estrutural. Ele complementa ainda que,

Tendo sido animalizado como “tração muscular” em serviços pesados e estigmatizado como trabalhador manual desqualificado – que mesmo os brancos pobres evitavam –, é exigido dele agora que se torne trabalhador orgulhoso de seu trabalho. O mesmo trabalho que pouco antes era o símbolo de sua desumanidade e condição inferior. Ele foi jogado em competição feroz com o italiano, para quem o trabalho sempre havia sido motivo principal de orgulho e de autoestima. Belo início da sociedade “competitiva” entre nós. (SOUZA, 2017, p. 83)

Souza sintetiza conceitualmente, de forma provocativa, esse evento como o que marca o nascimento da “ralé brasileira”, a classe abandonada, que é fruto da própria segregação do oprimido, sem com essa recente liberdade representar sequer um real prejuízo aos senhores de terra, que agora estavam desobrigados dos escravizados que até então eram explorados por eles, “(...)mas puderam ‘escolher’ entre a absorção dos ex-escravos, o uso da mão de obra estrangeira que chegava de modo abundante ao país e a utilização dos nacionais não escravos.” (SOUZA, 2017, p. 80). A disparidade entre estes dois grupos de cidadãos brasileiros, nascida da relação

de dominação, tende a com o tempo se tornar cada vez mais intransponível. A exploração de uma classe fragilizada e sem possibilidades de plena defesa, perpetua as mesmas lógicas de perseguição e ataque. O autor acima mencionado traz uma reflexão acerca do que estamos discutindo.

O excluído, majoritariamente negro e mestiço, é estigmatizado como perigoso e inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas, sim, pelas viaturas de polícia com licença para matar pobre e preto. Obviamente, não é a polícia a fonte da violência, mas as classes média e alta que apoiam esse tipo de política pública informal para higienizar as cidades e calar o medo do oprimido e do excluído que construiu com as próprias mãos. (SOUZA, 2017, p.88)

A hierarquia de classe como elemento de elitismo moral justificador de violência ou até mesmo de arbitrariedade penal e jurídica está presente inclusive na própria redação da lei antidrogas, quando expressa que um dos fatores para caracterizar tráfico está em se atender, além da quantidade de droga apreendida, “... ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais...” (CP, Art. 28, §2º), considerando a periferia como ambiente próprio de crime.

Mais do que uma consequência histórica do racismo higienista, a criminalização da pobreza ainda aparece, por tal estruturação de classes, como uma base do modo de produção, tal qual se apresenta no atual contexto do capitalismo globalizado, por vezes amparado no mote meritocrata que apenas pode subsistir fechando-se os olhos para tais construções de segregação.

Ainda assim, não se deve a vulnerabilidade social destes territórios como espaço de pobreza, mas sim, “identificar a reprodução territorial a partir das condições de uma subcidadania associada a uma construção geográfica e espacial” (SILVA; SILVA JÚNIOR, 2021, p.188). Essa perpetuação de uma imagem negativa da periferia, na verdade, objetiva manter as estruturas simbólicas das relações de poder socioeconômico. Assim,

à medida que se estabelecem categorias sobre o ambiente social, a sociedade cria para elas uma identidade virtual que distorce a ‘identidade social real’, e a partir disso os indivíduos podem ser alvos de julgamento e símbolos de estigma. Por sua vez, o estigma limita as oportunidades e torna o jovem vulnerável às violências, retroalimentando o ciclo de marginalização-estigma-violência (FERREIRA, *et. al.*, 2021, p.03).

Compreende-se assim que a lógica do discurso hegemônico sobre a periferia “nega as práticas plurais<sup>1</sup> (...) e não contempla os atos de resistência, estratégias e as particularidades nas

---

<sup>1</sup> Aqui referindo-se às inúmeras expressões de retomada de espaço e identidade social realizadas pelas comunidades periféricas.

invenções de proteção e rede de solidariedade entre os moradores, impedindo a percepção dos elementos patentes da sua diversidade” (SILVA JÚNIOR; SILVA, 2021, p.188).

Esse estigma imputado ao território termina por se impregnar também naqueles que o habitam. Nesse sentido, “o estigma está comumente relacionado a um processo de construção de significados que se articulam na vida em sociedade. Ao sujeito (ou grupo) estigmatizado é conferida umasérie de atributos, que o circunscreve a uma noção estereotipada e desviante de existência” (PIVETA; CARVALHÃES, 2017, p.280).

Marcados por esses estigmas, muitos jovens e adolescentes oriundos da periferia sentem na pele a escassez dos recursos sociais e são “assinalados enquantouma parcela da sociedade sob a qual a lei que vale é a ‘lei da bala’, e para os quais, muitas vezes, existem somente dois destinos de vida possíveis, ‘cemitório ou cadeia’” (PIVETA; CARVALHÃES, 2017, p.280). A desigualdade social concorre para que esses jovens se tornem suscetíveis a outros problemas como a participação no tráfico de drogas e à situações de violência. Então é possível lançar o questionamento: o que pode ser feito para superar esses estigmas sociais que marcam a vida de tantos adolescentes e jovens que vivem em periferias?

A educação, acima de todas as propostas legalistas ou emergenciais, ainda se mostra como a melhor resposta. No entanto, está longe de ser uma prioridade de modo a produzir uma mudança efetiva e duradoura. A despeito de toda a disparidade e desigualdade que interfere diretamente na própria relação do aluno com a forma como encara e vive a escola e o ensino superior, os benefícios práticos da educação para a sociedade oprimida, apesar de poderosos e transformadores, são de longo prazo. Os alunos de uma escola nova e eficiente demorarão muito além de um mandato político para conquistarem essa nova perspectiva de vida, ao passo em que o jovem em situação de extrema vulnerabilidade que entra na criminalidade precisará comer hoje ainda.

Problemas sociais tão antigos são complicados, como cirurgias delicadas que se não forem executadas corretamente apenas levarão o paciente a uma moléstia mais terrível. Os frutos da educação demoram, é fato, mas bastam. O que se precisa é de uma ação conjunta de várias frentes, em nome do bem estar coletivo da periferia, cuidando do imediato e dando à educação, o espaço e a oportunidade de florescer.

No ponto de vista jurisdicional, é competência do Estado instituir medidas que promovam a proteção integral dos jovens salvaguardado no artigo 227 da Constituição Federal que afirma ser um dever da família, da sociedade e do Estado garantir à criança e ao adolescente, “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a

salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade” (BRASIL, 1988). No entanto, não é difícil constatar que o Estado por vezes, age em sentido contrário, estimulando relações de poder que podem ser manifestadas nas formas de:

fascismo do apartheid social, com segregação de excluídos no espaço urbano, dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas, [...]l;fascismo contratual, onde a parte vulnerável, a exemplo do trabalhador, se submete a relações precárias de trabalho, privatização de serviços públicos; fascismo territorial, por meio do qual grandes grupos exercem o poder sobre o território cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes, afetando sobremaneira a juventude urbana dos guetos das megaciudades (FRANÇA, 2019, p.03).

Um processo de superação desses estigmas deve passar por tentar vislumbrar a vida social presente nas periferias “evidenciando a sociabilidade vivenciada pelos moradores, seu processo de apropriação do território, que demarca a configuração e imprime significantes singulares que constituem suas identidades socioculturais” (SILVA JÚNIOR; SILVA, 2021, p.188).

Os estudiosos do tema entendem que é preciso olhar para a periferia compreendendo esses espaços a partir de dois elementos: o político e o público. Esses dois campos quando bem articulados contribuem para uma nova perspectiva das relações sociais e da participação social possibilitando o pluralismo e a diversidade de manifestações políticas.

No entanto, as formas de sociabilidade do sistema capitalista funcionam de outro modo, isto é, elas estão pautadas “na lógica da desigualdade racial e de classe, assumindo formas expressivas de discriminação e diversas faces do racismo, que estão em evidência na sociedade contemporânea” (PEREIRA, 2020, p.53). Assim, o processo de desenvolvimento da sociedade produziu diferentes formas de desigualdade social no Brasil, e essa desigualdade acaba por atuar como uma força que impede o desenvolvimento do país.

A desigualdade implica várias consequências para a população, mas atinge principalmente a população periférica e negra. A desigualdade de renda talvez seja uma das mais visíveis e marcantes. Embora haja dados que mostram um aumento no percentual de pessoas que se declaram pretas ou pardas nos levantamentos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e ainda também que se reconheçam que o movimento negro conseguiu algumas conquistas, na realidade presente, as disparidades ainda são muito grandes, especialmente quando se analisa a desigualdade de renda. Segundo dados do próprio IBGE, “somente em 2014, quando a renda média dos brancos chegou a US\$ 24 por dia, a renda média dos negros ultrapassou o mínimo histórico dos brancos, de US\$ 12 em 1992. Na maior parte do tempo, a

pior renda média dos brancos esteve acima da melhor média dos negros” (OSÓRIO, 2021, p.23-24).

Torna-se perceptível, portanto, que há sim um abismo entre negros e não negros na sociedade brasileira. Trata-se, na verdade, de um problema no âmbito interpessoal, comportamental, mas trata-se também de “uma questão estruturante das relações sociais, que em sua intersecção com o gênero e a classe demarca lugares sociais” (MADEIRA; GOMES, 2018, p.468). É necessário, portanto, muita atenção nesses casos, à medida que se comprehende que a desigualdade de renda alimenta a desigualdade racial e vice-versa, de modo que não é possível vencer uma sem atacar a outra.

Fato é, que a atual situação de desigualdade racial presente na sociedade brasileira é fruto de um processo político-social vigente no país desde a escravidão e que no pós-abolição desenvolveram arranjos sociais que “contribuíram de forma determinante para a pobreza e a situação de marginalização dos negros brasileiros e seus descendentes, e não qualquer tipo de inferioridade biológica ou psicológica” (VICENTE, 2019, p.31).

Ao longo de todos os séculos, a situação na verdade é a mesma: “a população negra, pobre e periférica do país tem sido subjugada, violentada e criminalizada (...) para saciar os interesses sociais e econômicos das classes ricas — fenômeno acolhido por leis cujos efeitos camuflam, revalidam e perpetuam a opressão” (MADEIRA; GOMES, 2018, p.464).

Diante de uma realidade tão desafiadora, cabe o questionamento: quais as possibilidades disponíveis aos jovens das periferias, e ao mesmo tempo, o que se pode esperar de uma sociedade que ao invés de oportunizar qualidade de vida, expõe seus jovens a um grau alarmante de violência e vulnerabilidade? Toda a sociedade, juntamente com o Estado devem atuar afim de dar respostas positivas e concretas a questões como esta.

## 2.2 A JUVENTUDE TRABALHADORA NO CONTEXTO DOS BAIRROS VULNERÁVEIS.

Na construção territorial das cidades, existe um mapa regional dotado de particularidades. Como em todo processo de construção dos territórios, nas centralidades encontram-se as oportunidades mais acessíveis de educação, mobilidade, acesso aberto a saúde e as políticas de assistência social. Assim também se dá a construção do território afetivo de um povo, no próprio movimento que os povos fazem para encontrar um lugar identitário e acessível, as regiões arredores, afastados dos grandes centros são os locais de maior

concentração de famílias de baixa renda. É onde a vulnerabilidade, pobreza e insegurança alimentar ficam veladas, maquiadas e escondidas.

A higienização social, que é o ato de “limpar” mesmo, excluir determinada população de acessos a bens, serviços ou mesmo aos grandes centros, é feita economicamente, e sutilmente orquestrada pelo capital, que designa quem vai residir perto das oportunidades e acesso a cidadania plena, e quem vai se esconder nas extremidades dos bairros, periférico, escasso, onde a pobreza se coloca livre. Lugares que carregam os estigmas de violentos, perigosos e dotados de criminalidade. Aqui a criminalização da pobreza fica explícita, e as políticas públicas têm cada vez menos amparado e tratado tais vulnerabilidades, como dia Umberto Martins (2012):

Apesar da origem remota, não restam dúvidas de que o capital tira proveito com muita habilidade e poucos escrúpulos das discriminações desenvolvidas ao longo dos séculos na sociedade humana. O capitalismo lucra com a discriminação, usando-a de forma descarada para ampliar o grau de exploração da força de trabalho e, deste modo, maximizar os lucros. (MARTINS, 2012).

De fato, não é do interesse do capital mudar o estigma de uma localidade, pois a pobreza serve de barganha para muitos, em situação política, ou seja, para amaciá-lo ego dos governantes com assistencialismo compensatório. Nesse território há vidas, histórias, dilemas, sofrimentos, e esquecimento do poder público, quanto mais distante da centralidade mais difícil de acessar as políticas públicas e sociais.

Nesse território, a juventude se vê na berlinda entre dois polos, de um lado a criminalidade que toma por suas próprias mãos a organização e liderança de um território, fazendo das pessoas reféns de seus desmandos e imposições. Do outro lado há trabalhos precários, análogos a escravidão, que roubam os sonhos e as forças físicas dos jovens, sem mobilidade, sem garantias, sem perspectivas de crescimento.

É tentador incorrer da percepção popularesca tão apregoada por diferentes governos de diversos espectros políticos, de que a mera construção de habitações e a facilitação de aquisição de uma destas por indivíduos de classes sociais menores e mais afetadas resolve de pronto o problema do jovem em busca de independência financeira. Ainda existe mesmo quem afirme que se trata, no promover do assistencialismo habitacional, de um grande passo para a equidade social, quando se pode facilmente observar, inclusive, um retrocesso ainda mais difícil de ser reduzido.

Duas coisas são sabidas de todos: A de que a moradia é um direito humano fundamental, e a de que a especulação imobiliária e o crescimento desenfreado das grandes cidades do século XX no Brasil fizeram subir de forma vertiginosa a quantidade de moradias insalubres ou

irregulares. A Lei nº 10.257/2001, que instituiu o chamado Estatuto da Cidade, estabelecendo diretrizes de política urbana, e “(...) normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001), deu vazão à criação do projeto de assistencialismo habitacional chamado Minha casa, minha vida, que está previsto na lei 11 977 de 07 de julho de 2009. (BRASIL, 2009).

O que se pode perceber no próprio texto do Estatuto da Cidade, é uma valorização primordial do conceito de propriedade como corretor social e ambiental, e aqui temos um sintoma preocupante, que combinava com a forma intrínseca, como a execução do projeto se colocava sempre em alinhamento ao que interessava a empreiteiras privadas, como relata o sociólogo Thalles Vichiato Breda:

As empreiteiras escolhiam os terrenos mais baratos e projetavam os bairros e casas. Ao poder público federal cabia o repasse das verbas, e ao poder público municipal cabia a seleção da população pobre por meio de cadastros, do sorteio das unidades e o trabalho de pós-ocupação. (BREDA, 2020, p.54).

O efeito prático era simples: visando (e facilmente conseguindo) obter lucros maiores, sobretudo com a repentina valorização de terrenos (não à toa) desinteressados e distantes, as empreiteiras utilizavam financiamento público e reduziam ainda mais seus custos. Enquanto o maquinário de interesses empresariais seguia a todo vapor, com chances de retorno e lucro a determinados seguimentos como nunca antes havia ocorrido, os votos arrebanhados com um projeto que apregoava ser agora possível “realizar o sonho da casa própria”, foram, como era de se esperar, significativos.

O público-alvo do projeto, ou seja, a classe trabalhadora, entretanto, enfrentou uma realidade diversa. Ficava evidente, então, que os problemas que impedem a realização plena do território aqui entregue a ser constituído como uma moradia digna, vão muito além do balançar da chave do apartamento na frente da câmera do vídeo de propaganda. Sergio Braga Junior (2021) aponta que, para além do conceito de território e de todos os fatores multifacetados e complexos que formam uma comunidade, o aparato estatal se faz também aqui necessário, pois a moradia digna precisa de saneamento básico, além de acesso a meios de transporte, escolas e unidades básicas de saúde, para citar alguns.

(...) os locais que não deveriam ser habitados são reapropriados em moradias insalubres com risco iminente à vida. O poder público, por meio de seus gestores, mostra-se cada vez mais omisso quanto à resolução de tais necessidades e a partir disto, os movimentos de lutas em prol de moradia ganham cada vez mais espaço na

sociedade, os quais buscam por meio da legislação legitimar suas possessões. (BRAGA JUNIOR, 2021, p. 226).

O que este modo de realização do Minha Casa, Minha Vida acaba por executar, desta feita, mais do que uma ascensão social que reduza a discriminação, é a promoção de uma urbanização segregacionista e espraiada, isolando famílias inteiras de áreas consolidadas, tornando-os distantes de polos de emprego, dos principais centros de saúde, educação e lazer, e impactando efetivamente na qualidade de vida desses novos moradores.

Quando consideramos, em conjunto com o que se verifica na persistente estigmatização da juventude da periferia, o contexto do isolamento do periférico contemplado pelo Minha Casa, Minha Vida dos grandes centros urbanos, das belas praças e shoppings e dos empreendimentos mais lucrativos, evidencia-se assim ainda o aspecto higienista que mais agrada à parcela mais elitista burguesa, que não vê com bons olhos as pessoas contempladas por programas sociais custeados integral ou parcialmente pelo governo. O autor Breda complementa dizendo que,

Não é de hoje que se é produzido no imaginário social que todo morador de periferia é vagabundo, preguiçoso, criminoso, drogado ou traficante, e que gosta de viver às custas do governo ou de atividades ditas ilegais — culpando o pobre pela sua pobreza. Justamente, os bairros de habitação social fomentados pelo PMCMV se localizam majoritariamente nas periferias. (BREDA, 2020, p. 30).

Se, após passar por seus piores anos, o programa passou a se chamar “Casa Verde Amarela”, sua versão ainda menos estratégica e ainda mais eleitoreira, permanece evidente que os maiores interesses envolvidos não têm na prática a finalidade de construir equidade social ou romper com as barreiras do preconceito e da segregação. A segregação e a desigualdade, como já falamos, interessam e alimentam o capitalismo.

Se por um lado haverá um nicho empresarial que lucrará de imediato com toda a demanda gerada por jovens que precisem se deslocar por longas distâncias para trabalhar, comer, e estudar longe de casa, há ainda uma fonte de riqueza preponderante e abundante neste jovem trabalhador que precisará aceitar regimes de trabalho extensos e intensos para compensar tudo isso. Aqui se constrói aquilo que Postone (2014) chama de riqueza abstrata, a pura determinação convencionada historicamente de dominação social que tem como substância o trabalho. Como ele diz, “o trabalho social não é somente o objeto da dominação e exploração, mas é, ele próprio, o terreno da dominação” (Postone, 2014, p.150).

O modo como essa exploração se converte em riqueza é o que Marx representa através do conceito de mais-valia. Se o modo capitalista de exploração do trabalho é injusto, é

justamente pela injustiça estar imbuída na sua própria natureza, uma vez que o valor do produto final, longe de refletir todos os aspectos que constituíram a longa jornada da matéria prima até ali, excede em muito, no lucro que representa para o empregador, o salário do empregado.

Ainda de acordo com Postone (2014), um trabalhador poderá, facilmente, recebendo um salário mínimo que equivalha a R\$ 40,40 o dia, produzir neste mesmo dia cerca de R\$ 5.000,00 em lucro, dos quais, livres de quaisquer despesas relacionadas com a produção daquele objeto, estarão R\$ 3.000,00 de mais-valia na mão do empresário. A necessidade de consumo, de outro lado, precisa ser universal e a todos incluir.

Capital, por isso, não é apenas comando sobre trabalho, como dizia A. Smith. É essencialmente comando sobre trabalho não pago. (...) O segredo da auto expansão ou valorização do capital se reduz ao seu poder de dispor de uma quantidade determinada de trabalho alheio não pago. (MARX, 1998, p. 617).

A natureza do trabalho em si, ainda, transforma-se, de Marx para cá, a uma velocidade que se duplica a cada década. As possibilidades criativas e produtivas da era digital fazem também com que o trabalhador tenha sua permanência no trabalho cada vez mais líquida e plástica. Não à toa existe um apelo de parte da classe empresarial para “facilitar” as relações trabalhistas, tornando tudo cada vez mais simples, centrado no puro acordo patrão-empregado. Direitos trabalhistas são tratados por estes não como conquistas, mas como concepções retrógradas que servem de entrave à empregabilidade.

Ricardo Antunes (2011) não vê essas metamorfoses no trabalho de uma perspectiva otimista. O sociólogo aponta consequências que tal modelo líquido de trabalho e empregabilidade para a saúde mental, como a sensação de impotência, desvalorização, incapacidade e até mesmo auto responsabilização por seus fracassos e problemas econômicos, reforçados pelo mantra da proatividade meritocrata. Faz-se necessário, ao compreender a nova forma de ser do trabalho, considerar o trabalho partindo da ontológica concepção do ser social e das mudanças que o capitalismo trouxe à própria concepção de trabalho:

(...) é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. (ANTUNES; ALVES: 2004, p. 342).

Mais do que um espaço físico, o território no qual o jovem de periferia se encontra perpassa seu espaço social e econômico. Em tempos de uma sociedade competitiva ao extremo, com proporções continentais e problemas sociais tão crescentes e plurais quanto, ainda resta ao

jovem da periferia a inclusão em um espaço maior, garantido por lei ainda presa ao papel, símbolo de uma democracia que convalesce em vários sentidos.

### **CAPITULO III - DADOS DA PESQUISA: UM ESTUDO BIBLIOGRAFICO CRÍTICO SOBRE OS IMPACTOS DOS ESTIGMAS SOCIAIS NA VIDA DO ADOLESCENTE RESIDENTE EM COMUNIDADES PERIFÉRICAS FRENTE AO TRABALHO.**

Diante do que fora apresentado e discutido anteriormente, passando pela caracterização acerca do que é ser jovem, bem como dos desafios que esta idade propõe, sobretudo àqueles da periferia, agora, a discussão se debruçou sobre a busca pela inserção deste jovem no mercado de trabalho. Entendo, de antemão, as particularidades nesse estágio da vida e em especial, como se dão as políticas de incentivo ao mundo laboral para esta população.

A discussão e apresentação deste capítulo e dos resultados da pesquisa se dará, em início, pela análise de algumas imagens pertinentes a pesquisa e que dão embasamento para a escrita. A análise dessas imagens está em conexão com o cenário local desta pesquisadora, e também propõe uma reflexão sobre o cenário social deste quadro de desigualdades presente na sociedade brasileira. Assim sendo, há uma correlação em escala macro e micro desta problemática. Observando aqui, quais os rebatimentos da tomada de determinadas estratégias para os grandes centros urbanos e suas comunidades periféricas, bem como os impactos em cidades como Juazeiro do Norte, interior do Ceará.

Neste tópico buscou-se trazer a atuação do Assistente Social frente a um contexto social e econômico de crise, com inúmeros rebatimentos nas políticas públicas, e, consequentemente cortes de investimentos nas mesmas. Reverberando no alcance destas frente a determinada população. Diante disto, vêm no decorrer da produção a figura das ONGs - Organizações Não Governamentais, de iniciativa da sociedade civil e que desempenham um papel de suma importância no trato de uma problemática tão complexa.

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO METODOLOGICA DA PESQUISA CIENTÍFICA**

O estudo aqui apresentado foi construído através do método de pesquisa bibliográfica, valendo-se de revisão de literatura, de cunho exploratório, por se tratar de uma temática com

amplo espaço argumentativo frente a realidade social a qual a juventude é atravessada. A técnica de análise de dados foi realizada através da abordagem qualitativa.

A pesquisa biográfica é caracterizada por um estudo aprofundado na base de dados teórica de livros, revistas, artigos, teses e construções teóricas de fenômenos do campo social. Todo o levantamento de dados e as análises são feitas em materiais já existentes, e a partir dessa análise de dados construímos o arsenal teórico argumentativo desse estudo (LAKATOS, MARCONI, 2010).

O cunho teórico qualitativo, dispõe de pesquisas com análise subjetiva do fenômeno, buscando compreender e analisar a partir da reflexão da realidade, levando em consideração a compreensão de capitalismo, de estigma social e das adversidades enfrentadas pela classe trabalhadora jovem. O caráter exploratório permitiu que essa busca por fundamentação explore outros campos adjacentes do mesmo fenômeno, não se limitando a um só modo de ver o fenômeno juventude e trabalho.

O objetivo do estudo é explorar as situações de estigmas, preconceitos e segregação que permeiam os jovens de bairros periféricos, e as barreiras territoriais que implicam nessa inserção ao mundo laboral.

O método utilizado no tratamento dos dados foi dialético compreendendo que os fenômenos só podem ser observados e avaliados no interior de onde se reproduzem, e a expressão da Questão Social que aqui aferimos só pode ser visualizada no interior dos bairros periféricos, compreendendo os fenômenos socioespaciais envolvidos nos desafios do mundo do trabalho.

A captação de materiais teóricos se deu no período de março a junho de 2022, a busca foi realizada através da plataforma do google acadêmico, plataformas de revistas científicas do campo universitário como a Scielo e livros físicos clássicos do Serviço Social, de economia política e de políticas públicas afirmativas para juventude, as legislações e as cartilhas do governo federal deram base para a construção das argumentações aqui apresentadas, por percebermos que a problemática trabalho, território e juventude é uma expressão da questão social multifatorial.

Trago aqui alguns autores utilizados durante a pesquisa, que foram: Souza (2016), Rado (2009), Postone (1993), Piveta (2017), Breda (2020), Brandão (2020), Antunes (2004), Saringer (2022), Sampaio Junior (2021), Cecarelli (2021), Oliveira (2018), Oliveira (2021).

A escolha dos materiais levou em consideração publicações teóricas dos últimos cinco anos, fazendo uma análise sistemática de momentos históricos importantes, dados da realidade

presente, e situação do trabalho para juventude, e de que modo residir em regiões adjacente impactam a colocação no mercado de trabalho desses jovens com idade ocupacional ativa.

Os descritores Trabalho; Juventude; regiões periféricas; estigma e vulnerabilidade, que subsidiaram as buscas por materiais. A análise de dados se deu no entendimento de que a juventude residente em regiões periféricas enfrenta obstáculos socio-territoriais e econômicos no acesso direto a políticas públicas e sociais e a sua inserção no mercado de trabalho se torna onerosa, à medida que esses obstáculos não são efetivamente amenizados pelo estado.

### 3.2 ESTIGMAS SOCIAIS DO JOVEM RESIDENTE EM ÁREA PERIFÉRICA: UM OLHAR FOTOGRÁFICO.

Não é fácil ser jovem no Brasil. Dados do IBGE apontam em torno de 11 milhões de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham (IBGE, 2019). Os motivos, a mesma pesquisa aponta, para que não estejam estudando, é justamente por estarem trabalhando ou mesmo procurando emprego. A relação entre o jovem de periferia e seu primeiro emprego tende a ser mais atrelada à pura subsistência e à necessidade de ajudar em casa o quanto antes. Muito longe de deter recursos educacionais para construir uma carreira ainda em idade jovem, a possibilidade de ascensão social fica cada vez mais distante.

**Figura 1: Jovem pede emprego em Juazeiro do Norte**



Mateus produziu cartazes para ampliar o alcance da sua tentativa de buscar emprego.<sup>2</sup> (Foto: Daniel Trévia/Diário do Nordeste – 27/09/2021)

Mateus Dantas chamou a atenção da imprensa em 2021 ao circular pela internet a foto acima, na qual ele aparece pedindo emprego junto a semáforos em Juazeiro do Norte – CE, após percorrer diariamente 20 quilômetros a pé debaixo de sol forte, segundo reportagem do Diário do Nordeste (2021), tentando conseguir pagar seus estudos, adotou o método após ver situação análoga onde um jovem havia conseguido alimentar sua família após pedir ajuda com um cartaz em Aracati.

Não se pode considerar, entretanto, tal relato como um fenômeno isolado e exemplar. O caso do Mateus ilustra bem a situação do jovem que provém de regiões distante dos grandes centros urbanos, e que procura desesperadamente por oportunidades de trabalho para mudar de vida. Munido apenas de uma garrafa de água, e sem ter como comer, Mateus acabou conseguindo emprego como operador de caixa, mas muitos não tem tal sorte, e permanecem encerralados, entre permanecer desempregado e empregos de qualquer tipo, a regimes desumanos de trabalho.

Entre 2014 e 2015, um assunto tomou as manchetes e ganhou extensas reportagens na imprensa brasileira: Encontros de jovens da periferia em centros comerciais urbanos e

<sup>2</sup> Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/jovem-consegue-emprego-apos-exibir-cartaz-em-semaforos-de-juazeiro-do-norte-1.3141246>

shoppings extremamente valorizados. Debates foram levantados sobre a “insegurança” que os chamados “rolezinhos” traziam para as lojas de grifes importadas, chegando-se mesmo a propor uma criminalização da prática. Muito se falou da truculência com que policiais passaram a abordar e revistar alguns desses chamados “vândalos” nas portas dos estabelecimentos. Pouco se falou, entretanto, no fato de que não havia crime algum sendo cometido (DA SILVA & ÁVILA, 2015, p. 218).

À época, em 2014, um grande shopping de Fortaleza acionou a justiça para evitar o que foi chamado pela gerência de “movimentos organizados nas redes sociais tendentes a turbação” (G1 CE, 2014). O caráter contraditório da fala shopping à ocasião, ao dizer que todos poderiam entrar, é bem mais revelador do que aparenta. Na referida entrevista, na fala da gerência, excluir uma parte específica da população do “todo mundo” exemplifica bem o caráter segregacionista sobre aquele jovem indesejado, do qual agora o shopping se vira livre.

Em 2016, um shopping em Sobral - CE, constrangeu um grupo de jovens que tentaram simplesmente entrar no recinto (TVJ1, 2016), sob o pretexto de serem menores de idade, estando impedidos de entrar no local desacompanhados dos pais.

**Figura 2: Shopping constrange jovens em Sobral**



Shopping de Sobral que barrou a entrada de jovens<sup>3</sup>, (Foto:TVJ1, 17/01/2016).

Episódios tão evidentes e massivos de flagrante de segregação social, contudo, seguem distantes do que possa ser considerado um fenômeno isolado ou mesmo surpreendente para qualquer jovem de determinadas comunidades brasileiras, que não se esforce para parecer visualmente deslocado do lugar onde mora. Uma classe mais abastada quis fazer de seu estilo de vida exemplo de felicidade e alvo de inveja, e quando a periferia viu sua propaganda e resolveu dela fazer parte, foi vista pela mesma classe abastada como criminosa. O estigma é entendido aqui como uma relação peculiar entre atributo e estereótipo (GOFFMAN, 1988, p.7), tenderá a acompanhar este “jovem perigoso”, este “criminoso sem crime”, seja em situação criminosa, seja fora dela, seja pagando ou após ter pago por ela, seja estudando, trabalhando ou indo ao mercado. Seja visitando uma igreja ou tentando se divertir com os amigos de sua vizinhança em um shopping do centro.

A razão para estigmas tão profundos ligados ao lugar onde esses jovens moram é objeto de estudo e discussão há décadas. Um caso emblemático pode ser encontrado no que se refere à favela de Paraisópolis, uma das maiores da cidade de São Paulo. Analisando a forma como

<sup>3</sup> Disponível em: <https://tvj1.com.br/regional/noticias/jovens-sao-barrados-e-constrangidos-em-shopping-de-sobral.html>

várias comunidades periféricas da cidade de São Paulo eram vistas e se viam a si mesmas, o antropólogo Ronaldo de Almeida (2008) diz que certa vez se deparou com um cenário intrigante especificamente nesta comunidade, na zona sul da cidade, circundante ao rico e elitista bairro do Morumbi.

O bairro do Morumbi, na zona sudoeste da cidade de São Paulo, é um palco da desigualdade, chamado de o mais contraditório da região (GOHN, 2010, p. 268). Ostentando suntuosas mansões de nomes como Silvio Santos e Roberto Justus (ZAP, 2015), tem a imensa comunidade de Paraisópolis circundando seu território. Esperando um cenário de miséria e abandono, Almeida (2008), quando de sua incursão à comunidade em 2007, encontrou uma comunidade disposta de vários recursos estruturais ao alcance, de forma como em poucas comunidades periféricas era comum àquela época. Foi perceptível, segundo ele, uma relação sinérgica entre ações comunitárias, o Estado e o mercado de trabalho, que contribuía para tornar a pobreza e as carências estruturais de Paraisópolis mais amenas:

Em boa medida, essa sinergia é resultante da relação entre Paraisópolis e o Morumbi. A formação das duas áreas ocorreu conjuntamente; conforme crescia o empreendimento imobiliário no Morumbi, dava-se a atração de mão-de-obra para construção civil e, posteriormente, para o comércio e os trabalhos domésticos (seguranças, empregadas, babás etc.) que os condomínios e as mansões demandavam. (ALMEIDA, ANDREA e DE LUCCA, 2008, p. 112)

Com toda uma forte rede de ofertas de emprego que visavam atender as demandas imobiliárias do bairro vizinho, a localização relativamente próxima ao centro em comparação com outras facilitou também que Paraisópolis fosse usada como “laboratório” para ações sociais de diversas frentes. A comunidade também tinha uma significativa parcela de moradores provenientes, sobretudo, do Nordeste e de áreas bem próximas, o que favoreceu o adensamento de redes solidárias. Cadeias de favores entre parentes e amigos se formam naturalmente, compartilhando ofertas de emprego e ajuda material e doméstica, conforme os laços dentro da comunidade se fortalecem.

Um dinamismo social baseado sobretudo em redes pessoais e em laços familiares e de amizade, mesmo entre diferentes grupos locais, compartilhando experiências, bens materiais e afetivos, não se devendo, portanto, esta estrutura social bem sedimentada, à atuação de alguma grande associação, entidade de apoio ou ONG (GOHN, 2010).

Tendo em mente, também, que havia, quando da visita de Almeida à favela, a fama de que Paraisópolis era, em relação às outras, mais “pacificada”, por seus baixos índices de criminalidade. A própria violência na comunidade costuma ter um caráter próprio, voltado mais

para a relação entre famílias e ciclos de amizade. A atenção dos vizinhos ricos e a do terceiro setor se voltou em especial para ela, fazendo com que muitos habitantes de comunidades periféricas paulistas vissem morar em Paraisópolis como certa ascensão social. Com poucos passos, ainda é bem possível se locomover do populoso ambiente da favela para as ruas tortuosas e vazias, do famoso Morumbi, onde, enquanto os moradores desfilam em carros importados, os trabalhadores por eles empregados andam longas distâncias a pé, por não haver transporte que os leve para casa no fim do dia.

**Figura 3: A disparidade entre dois bairros**



Foto que ilustra a desigualdade social entre Morumbi e Paraisópolis e rodou o mundo<sup>4</sup>. (Fonte: Tuca Vieira/The Guardian – 29/11/2017)

A foto acima foi tirada pelo repórter fotográfico Tuca Vieira em 2004, mostrando a favela de Paraisópolis bem ao lado do bairro vizinho, Morumbi. A foto rapidamente repercutiu em veículos de imprensa do mundo inteiro, e, segundo entrevista do fotógrafo ao The Guardian (2017), deixou o então presidente da república, Lula, em silêncio, apenas observando-a.

De acordo com o próprio Tuca, a imagem tirada de helicóptero, mostrando imponentes e mirabolantes empreendimentos imobiliários ao lado de casas sem reboco agrupados nas desordenadas ruas da favela, é claramente uma ilustração da desigualdade social, talvez o maior

<sup>4</sup> <https://www.theguardian.com/cities/2017/nov/29/sao-paulo-tuca-vieira-photograph-paraisopolis-portuguese>

problema do Brasil e da América Latina. (Tuca Vieira, THE GUARDIAN, 2017). Um problema estrutural e antigo, entretanto, fruto de uma confluência de vários fatores sociais, econômicos, culturais, políticos e históricos. Por vezes invisível, é fácil de ser ignorado e esquecido quando ocorre em lugar distante de onde se encontra o observador ou quando se observa de forma tão objetiva apenas em um ponto específico da longa viagem de casa ao trabalho.

Em 1º de dezembro de 2019, 9 jovens de Paraisópolis perderam a vida. No baile da DZ7, uma ação policial fez uso de bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e agressões físicas contra a aglomeração de jovens que se divertia em meio a becos apertados encerralando as nove vítimas, que morreram pisoteadas (SUDRÉ, 2020). A tragédia, que vitimou jovens sem acusação de crime algum, pelas mãos dos entes do estado que deveriam protegê-los, fez reascender por todo o país o debate sobre a criminalização do Funk e a segregação social.

A forma como os jovens dos rolezinhos eram vistos era sintomática. Aqui, com o massacre de Paraisópolis, temos mais um sintoma. Sintomas que apontam que o jovem da periferia está encerralado, como diz Vagner de Alencar: Encerralamento vivido pelos moradores desde a ausência de espaços públicos de lazer a baixa infraestrutura em serviços básicos (ALENCAR, 2020).

Há muitas barreiras que precisam ser derrubadas para que um dia o jovem da periferia tenha sua liberdade de ir e vir assegurada. Encerralado desde o nascimento, retirado das direções que o levariam à realização de seus sonhos, segue sem espaço, seja nos bairros ricos, seja nos seus próprios, e por fim é empurrado a um trabalho totalmente desconectado de sua essência existencial, no qual ele será apenas uma engrenagem do meio produtivo.

**Figura 4: Jovens são mortos todos os dias na periferia de Fortaleza**



Quase todos os homicídios registrados ocorreram em bairros que compõem a periferia de Fortaleza<sup>5</sup> (Foto: Paulo Sadat/Fonte: G1CE, 26/10/2021)

Estudo realizado pela Defensoria Pública do Ceará apontou um perfil específico para a vítima de Crimes Violentos Letais internacionais: Homem, jovem, negro e morador de periferia de Fortaleza (G1CE, 2021). O quadro da violência urbana em Fortaleza chama a atenção em comparação com outras capitais brasileiras, e possui uma profunda ligação com o conflito territorial, que expõe jovens, crianças e adolescentes à vulnerabilidade e insegurança. ( DE PAULA *et. al.*, (2017) dizem que os jovens residentes em territórios estigmatizados inscritos nas margens urbanas fortalezenses vivenciam contextos de desigualdades sociais e raciais entrecruzadas à violência urbana, com destaque ao extermínio seletivo das juventudes em situação de pobreza e negras.

A desigualdade social e a violência urbana afetam a juventude fortalezense de formas variadas, estigmatizando-a além da segregação que já acomete a periferia por todas as questões sociais convenientes à indústria do capital e à exploração. Marcada pela pluralidade cultural, as diversas juventudes, ao seguirem em resistência contra o cotidiano de desigualdade e segregação socioterritorial, são forçadas à margem da cidade e da sociedade.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/26/maioria-das-vitimas-de-homicidios-em-fortaleza-sao-jovens-negros-pobres-e-moram-em-periferia-aponta-estudo.ghtml>

A atuação do Estado (ou falta dela), que corrobora para a discriminação que leva à personificação dessa vítima comum, homem, jovem, negro e periférico, não contribuindo em nada para romper com as diferenças sociais, é o que define o que se chama de racismo institucional (IPEA & FBSP, 2017). O enfrentamento desse tipo de racismo passa necessariamente por problematizar a atuação das políticas públicas de segurança, e a materialização dele é o que gera a violência urbana em quadros tão evidentemente específicos e brutais.

Em 2018, uma das principais promessas de campanha foi posta em prática pela então gestão da prefeitura de Fortaleza. Visando reduzir os já alarmantes números da violência juvenil na cidade (BORGES & CANO, 2017), periferias que sustentavam estigmas de violentas receberam Células de Proteção Comunitária, as chamadas CPC, contando com torres de formato arredondado, com blindagem, permitindo, de onde esteja, uma visão para todas as direções (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2017), além de complexo aparato tecnológico e treinamento abrangente da força de guarda.

**Figura 5: Torre de Vigilância**



Torre de vigilância comunitária é inaugurada no Bairro das Goiabeiras, em Fortaleza<sup>6</sup>. (Foto: Prefeitura de Fortaleza, 18/06/2018)

O que se preconiza, deste cenário estético que em muito emula a disposição da guarda em um presídio, é a tênue linha que se desenha entre a seguridade social e o puro controle governamental que flerta com um protofascismo distópico. Ecoa, nesse meio de tratamento que tão automaticamente se dispõe a pôr servidores públicos em guaritas de onde possam livremente mirar naqueles que frequentemente passam pelas ruas - eles mesmos, os “homens, negros, jovens e periféricos”, uma propensão psicológica que materializa a higienização em sua faceta mais bárbara.

A solução rápida, a limpeza imediata que trará as ruas ao seu estado apaziguado para a passagem das senhoras e suas crianças, livre de leis e funcionando como um lembrete perene para os que ali transitam de que estão sendo observados a todo tempo de cima, por pessoas em posição elevada, em pouco difere de um desejo de extermínio étnico-racial.

Esse caráter racista é posto como algo que legitima o exercício de determinado poder, materializado propriamente em relações de cunho social, interpessoal, político, econômico e

<sup>6</sup>Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/bairro-goiabeiras-em-fortaleza-recebe-a-2-torre-de-vigilancia-comunitaria.ghtml>

jurídico, que gera uma “ficção útil, de uma construção fantasista ou uma projeção ideológica”, como diz Mbembe (2017, p.27) mesmo considerando raça como algo fantasmagórico no contexto brasileiro, sem respaldo na natureza ou na biologia, subsídios de raça seguem lançando migalhas de pão ao caminho do modo de governo vigente, modulando formas de agir e perpetuando relações de domínio e subserviência, que são naturalizadas através do mito da democracia racial, do Brasil sem racismo, misoginia, ou intolerância de qualquer tipo.

Este mito, este fator de cegueira ante a barbárie social, não é acidental, nem tampouco fruto de pessoas inocentes, bem intencionadas, atreladas a um passado saudoso pela doce nostalgia (WESTIN, 2020). Antes, servem a um projeto de poder que precisa dessa segregação. A negação da existência da opressão condiciona o oprimido a aceitar sua condição, sem se perceber como classe, aos poucos naturalizando a subserviência de modo a sequer se dar conta de o quanto ela se faz presente.

Como num cabresto, a consciência social condicionada a nada é conduzida ao sabor da vontade do opressor, que permanecerá incólume, tendo toda a sua estrutura de dominação muito bem resguardada. Assim, o ideal meritocrata termina por responsabilizar o jovem por seu estado de pobreza, por não ter se esforçado ou merecido tanto quanto aquele empresário de sucesso que se ergueu “do nada”, a despeito de todo o favorecimento que já havia sobre ele e que ele nega veementemente.

O processo que torna o jovem de periferia desconectado de sua realidade, tornando-o assim apático e de fácil condução, está longe de acontecer por acaso. Tal desligamento, separação, dissociação do indivíduo de seu meio constitui o que Marx chama de alienação, e possui diversas formas e modalidades. A alienação, que o dicionário marxista define como “ação pela qual um indivíduo, (...) se torna ou permanece alheio, estranho, enfim, alienado [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vive, e/ou [3] a outros seres humanos...” (BOTTOMMORE *et. al.*, 1998, p. 5) serve à chamada alienação do trabalho, quando o trabalhador é completamente desconectado do fruto de seu trabalho, recebendo por isso o preço de sua alienação, e não tendo ligação com esse processo produtivo no qual ele se coloca ou com o produto que ele faz e que outro vende para que ainda outro lucre, de maneira totalmente dissociada de sua personalidade.

Assim, o trabalhador não se realiza em seu trabalho, mas nega-se a si mesmo. Permanece no local de trabalho com uma sensação de sofrimento em vez de bem-estar, com um sentimento de bloqueio de suas energias físicas e mentais que provoca cansaço físico e depressão. (...) Seu trabalho não é voluntário, mas imposto e forçado. (...) Afinal, o trabalho alienado é um trabalho de sacrifício, e mortificação. É um trabalho que não pertence ao trabalhador, mas sim à outra pessoa que dirige a produção (MARX, 2006. p.25)

É do interesse dos detentores do capital a manutenção deste sistema, e a manutenção da separação de classes e da pobreza em níveis extremos facilita a subserviência e a aceitação de subempregos a regimes que beiram a ilegalidade. Não é do interesse da parte exploradora do Morumbi o rompimento com os estigmas da parte jovem dominada. A memória destes jovens incomoda, como um lembrete perene da insuficiência do Estado, da incompetência do poder público em proteger e na subserviência de parte da segurança pública a interesses desumanos e racistas. O incômodo maior está em perceber, olhando nos rostos das vítimas, que são humanos. Não à toa, a polícia do Rio de Janeiro tem tanta aversão à lembrança das vítimas do massacre do Jacarezinho (O GLOBO, 2022).

### 3.3. JUVENTUDE PERIFÉRICA VERSUS POLÍTICAS PÚBLICAS: FERRAMENTAS DE ENFRENTAMENTO DOS ESTIGMAS SOCIAIS.

Após esta extensa investigação sobre o jovem da periferia, visando analisar como a origem interfere na inserção do jovem no mundo do trabalho, fica evidente seus profundos e enraizados estigmas sociais. Observou-se que eles já atuam tornando tal inserção discrepante e injusta desde o nascimento, e que são, estes mesmos estigmas, o fruto e o principal sustentáculo das relações de exploração no modelo produtivo capitalista (GODINHO, 2011, p. 4), que por tender a perder com a ascensão social das classes desfavorecidas e o empoderamento da juventude periférica, não tem real interesse nessa mudança, mesmo que use isso como fator de propaganda.

Respondendo à questão levantada pelo primeiro objetivo específico proposto, como o jovem trabalhador se encontra no Brasil atual? Com a gestão desastrosa da crise econômica e da pandemia, estar inserido em um trabalho decente se tornou ainda mais difícil (ESTADÃO, 2020).

Por sua vez, vínculos precários se tornaram ainda mais comuns, e as taxas de desemprego na juventude dispararam. Aproveitando-se ainda da fragilidade e excepcional carência do momento, que faz com que a atenção popular e midiática se coloque a outras direções, o governo federal ainda tentou, com a MP 1.045, derrubada no Senado (CASTRO, 2021), impor uma “minirreforma trabalhista”, que previa uma modalidade de trabalho totalmente desprotegida, voltada para jovens entre 18 e 29 anos, sem vínculo empregatício nem salário, mas apenas um “bônus de inclusão produtiva”, e uma “bolsa de incentivo à qualificação”, sendo a primeira paga com dinheiro proveniente de recursos públicos e a segunda

paga pelo empregador, e nenhuma das duas ultrapassando o valor de R\$ 275,00. Esses dados são trazidos pelo autor acima citado.

Recentemente, uma nova Medida Provisória, também sob o pretexto de facilitação do emprego, estende a condição de aprendiz para os 29 anos de idade, permitindo que ex-aprendizes já efetivados continuem contando para a cota estabelecida por lei de 5% a 15% das vagas voltadas para aprendizes, com o contrato de jovens vulneráveis podendo chegar a quatro anos, mantendo-os longe da empregabilidade efetiva por anos a fio, criando uma seara de subempregos (SARINGER, 2022).

Os barões do capital e seus arautos da “liberdade politicamente incorreta” ainda apregoam que a ausência de direitos trabalhistas e a facilidade em demitir são sinais de progresso e fortalecedores da empregabilidade (NARLOCH, 2020), pouco interessados no que significa no Brasil de hoje levar R\$ 550,00 mensais para casa, e menos ainda no que restará ao jovem trabalhador quando for sumariamente demitido por uma questão de ajuste de caixa.

No que tange à avaliação dos estigmas sociais enfrentados pelo trabalhador jovem da periferia, o segundo objetivo específico deste trabalho, enxerga-se o estigma do jovem de periferia manifestando-se em muitas facetas. De um lado, a identificação daquele proveniente de comunidades afastadas do centro como criminoso sem crime (DA SILVA & ÁVILA, 2015, p. 218), fortemente enraizada no racismo higienista que não tolera a visão do preto pobre habitando os mesmos ambientes caros, e de outro, a fragilidade econômica e psicológica, proveniente da segregação, que, destituindo o jovem trabalhador do sentido de seu trabalho pelo processo de alienação, o deixa exposto a problemas de cunho emocional, à baixa autoestima com a qual a sociedade de consumo lucra ao compará-lo com modelos de perfeição inalcançável (OLIVEIRA, 2022), à manipulação por interesses diversos, incluindo religiosos e político-ideológicos, num ciclo difícil de romper, de dependência, manipulação e encerralamento que alimenta a cadeia produtiva com mão de obra barata e explorável.

A periferia e a miséria como fator determinante de classe social estão presentes em várias etapas do meio produtivo, seja na produção, seja na oferta e demanda, seja no acúmulo de riqueza que concentra o lucro proveniente da mais valia. Plínio de Arruda Sampaio Júnior relaciona diretamente a pobreza e a fome com o acúmulo do capital quando diz que,

O problema não é a existência de um excedente populacional insustentável (...). Não existem dificuldades materiais insuperáveis que expliquem a fome. Sabe-se perfeitamente que há muito tempo a capacidade de produção de alimentos é mais do que suficiente para satisfazer toda população mundial. Hoje, ela é mais do que o dobro da necessária. (SAMPAIO JÚNIOR, 2021)

Os detentores do capital, portanto, não estão interessados na extinção da pobreza, senão na eliminação física do pobre que os incomoda. Essa massa, sem identidade, opinião ou voz, que é gerada a partir da desigualdade os interessa em vários aspectos, incluindo o da promoção pessoal midiática. O exemplo de Paraisópolis demonstra como o trabalho junto à comunidade, quando aliado a interesses de elites, pode não se mostrar como um inimigo dos estigmas, mas antes transfigurá-los em chamarizes que maquiam a real situação das pessoas que vivem em comunidades periféricas.

O interesse real de muitos dos empresários que abriram para a comunidade, no caso de Paraisópolis, um espaço privilegiado de condições de emprego e renda, sem, no entanto, facilitar seu acesso, transporte ou oportunidades de educação ou saúde fora do ambiente da comunidade, estava longe de tentar incluí-los no contexto dos grandes centros e da convivência nos bairros ricos.

Pelo contrário, tratava-se de torná-los sistematicamente excluídos, permanecendo nos morros, e assim mantendo difícil seu acesso ao centro, também o desestimulando. Como constatou o líder comunitário e morador da região Gilson Rodrigues, catorze anos depois do estudo realizado por Almeida, o processo de exclusão dos moradores de Paraisópolis apenas se intensificou. Como ele diz, o Estado abandonou, não pensou em políticas públicas. O que se pensou sempre foi na remoção das famílias. Houve um abandono (MÖES e CARDOSO, 2021).

A perspectiva de exploração capitalista acostumou-se a culpar os pobres pela própria pobreza (YAZBEK, 2014). O governo que detém profunda relação com a burguesia elitista utiliza de seus mecanismos não violentos para fortalecer a conformidade com o quadro social vigente, e não se interessa por mudanças que transformem pela raiz (isto é, de forma radical) a separação de classes presente nos cenários urbanos. Destarte, é fácil, diante de um modo de trabalhar a comunidade pautado em medidas paliativas que em nada arranham o status quo social, acreditar estar-se tomando um relevante passo rumo à justiça social, enquanto em verdade se está perpetuando as relações de poder.

A efetiva transformação social, bem como a criação de mecanismos de inserção social, tem como elemento primordial a ação do Assistente Social, como mediador do acesso do jovem às políticas públicas, assim como à educação, contribuindo em direção à inclusão social e à quebra dos estigmas aos quais ele foi condicionado, inclusive pela própria estrutura social brasileira (SABRA, 2019).

Embora ações sociais públicas de inclusão funcionem mais como reparadores, do que como efetivamente aqueles que atacam o problema pela raiz, a relevância de tal trabalho, mesmo quando amparado na possibilidade limitada e ancorado numa ação mais técnica, se faz

sentir ainda assim como possibilidade real de alguma escala de diminuição de desigualdade. Embora, como diz Godinho,

(...) mudar as condições de pobreza e vulnerabilidades historicamente instituídas por que passa a sociedade brasileira não é algo simples, pequeno e imediato, isso é um processo complexo e que agrupa, ao mesmo tempo, aspectos econômicos, sociais e políticos, solicitando o planejamento e a integração de políticas estruturantes que a médio e longo prazo possam enfrentar esse quadro. (GODINHO, 2011, p.4)

Aqui se chega ao que foi identificado como o terceiro objetivo deste trabalho, o de construir uma reflexão embasada acerca dos trabalhos sociais junto aos bairros periféricos, que podem promover a emancipação econômica e social com jovens em idade para o trabalho. Esta noção dialoga diretamente com o conceito de empoderamento, a ação de colocar nas mãos de pessoas antes excluídas o poder real, do qual essas pessoas não dispunham até então. Poder aqui, sobretudo, sobre si, e a possibilidade de desenvolver seu potencial através da emancipação, não só econômica, mas também ideológica, tirando o jovem de seu caráter de mera engrenagem na máquina do trabalho para adquirir-se enquanto sujeito com ideias, criações e uma trajetória de evolução profissional possível.

Este empoderamento modifica a raiz da condição a que ele foi confinado, por meio de toda a intrincada rede de dominação sociocultural capitalista, num movimento libertador e transformador. Não há como romper com o ciclo de exclusão sem modificar o modelo econômico que dele depende, e qualquer forma de repensar a comunidade que não passe por uma mudança na relação de dependência econômica e subserviência se enganará.

O Serviço Social, como a ponte entre o jovem da periferia e seu direito até então negado, tem uma natureza eminentemente empoderadora, ao transmitir a essa parcela da população a possibilidade de transformar sua realidade e tornar-se parte da tomada de decisões, antes um privilégio decorrente apenas aos patrões. Pensar em Serviço Social na periferia para além da distribuição de cestas básicas é propriamente pensar em empoderamento dos excluídos. Como bem diz Priscilla Oliveira,

O empoderamento de representantes da sociedade civil, como estratégia do Serviço Social para ampliação do exercício da cidadania, do controle e participação social nos diversos espaços de luta por direitos, tem como objetivo tornar esses indivíduos capazes de utilizar os mecanismos de participação social, de atuar de forma efetiva, influenciando o processo decisório, a fim de atingir os objetivos pretendidos. Torná-los atores de sua própria história e aptos a lutar por seus direitos. (OLIVEIRA, p.10)

Desta feita, o trabalho do Assistente Social se torna também um trabalho de resistência, um ato anticonformista contínuo, que não se adequa à rotina de violação de direitos, sendo por

vezes a única voz que o jovem da periferia poderá ter a seu favor de forma pronta diante de episódios de exploração, injustiça, ou mesmo violência, não só urbana mas também obstétrica (BRANDT, 2018) e de tantas outras naturezas em que sutis violações dos direitos humanos são normalizadas ou diminuídas, como sintomas já comuns de uma profunda doença social incurável.

O trabalho do Assistente Social, deste modo, para realizar sua potência realmente transformadora a partir da posição privilegiada em que se encontra em relação a outros setores da comunidade e do poder público, precisa ser pessoal, direto, sintonizado de forma constante com a realidade da periferia tal qual ela é no cotidiano. Não pode ser um exercício plástico, engessado e generalizado, que apenas contribui para levar adiante os interesses eleitoreiros e higienistas, sem romper com os problemas históricos que levam aos estigmas sobre a periferia. O Assistente Social existe para, antes de tudo, fazer valer a todos o artigo 6º da constituição, indo muito além do estereótipo comum daquele que distribui cestas básicas e que assiste a situações calamitosas auxiliando em questões emergenciais.

Um movimento social de suma relevância para essa concepção do caráter desalienador do Serviço Social em rompimento com o conservadorismo elitista, foi o chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social nos anos 60, fortemente inspirado em vários aspectos pelo trabalho de Paulo Freire junto a assistentes sociais (ARRECHEA, 2013). Baseado na dialética marxista, Freire via o caráter de luta de classes presente na construção social da condição de oprimido, e ressaltava os danos da neutralidade presente na então amplamente praticada concepção de orientação e resolução de conflitos, que negava ao Serviço Social seu papel político. Um debate foi construído visando a construção de uma nova forma de pensar o trabalho do assistente social, aproximando-o das aspirações da classe trabalhadora.

Entre os princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social de 1993, está expressa a “defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 1993, p.23), deixando claro o caráter educativo e elucidativo do Serviço Social, no sentido de incentivador e facilitador da participação e da consciência política da comunidade atendida pelo profissional em questão, além da autonomia e da emancipação, que têm suas raízes na informação. Paulo Freire vê o homem não como objeto, mas sujeito da própria educação (GOMES, 2011, p.60). Socializar informações é, ao invés de impor disciplina e respostas absolutas, trazer à periferia um valioso veículo, capaz de levar a distâncias das quais os membros da comunidade ainda sequer tinham conhecimento.

Ao escrever sua obra *Pedagogia do Oprimido*, no ano de 1970, época pulsante em movimentos sociais marcados pela cultura *hippie* e pela defesa do poder popular pela via democrática, Freire estabeleceu uma análise do homem em seus aspectos tão diversos, em seus anseios por liberdade e sua propensão ao novo e à reconstrução que segue a desconstrução, e apontou como a conscientização do homem de sua condição corrobora para a superação da desumanização, colocando-se rumo a seu destino histórico.

Esta pedagogia considera o sistema de divisão da sociedade em, de um lado, opressores, e de outro, mais abaixo, oprimidos, estes mesmos que, pela sua própria condição débil e dominada, detêm a capacidade de trazer mais uma vez a humanidade para a sociedade humana, através de sua libertação, não como algo a ser resgatado, mas por sua autoconfiguração responsável e, para isto, para assumir responsável sua missão de homem, há de aprender a dizer a sua palavra, pois, com ela, constitui a si mesmo e a comunhão humana em que se constitui; instaura o mundo em que se humaniza, humanizando-o (FREIRE, 2011)

Assim, é através da sua própria palavra que essa condição humana é reconquistada. Freire busca uma pedagogia que permita ao homem esse exercício, um autoconhecimento que permite uma autorreflexão que leva a uma auto reconstrução. A conquista de si, não mais a reprodução daquilo que lhe foi imposto por outrem. A saída do estágio do camelo, do qual falava Nietzsche, quando, cansado de tanto ser arrastado ao deserto carregando os pesados fardos que lhe são impostos e o empurram contra o chão, o homem almejando crescer e criar, “quer capturar a liberdade e ser senhor em seu próprio deserto” (NIETZSCHE, 1983, p.43).

Pela consciência histórica e a compreensão das contradições que o cercam, o homem finalmente ganha a força motriz para seguir em frente e para cima. A troca do ser menos pelo ser mais se torna o primeiro passo rumo à sua luta por liberdade.

Diante da ausência governamental frente às necessidades especiais da comunidade, um importante aliado descamba do sentimento de comunidade e solidariedade da parte de agentes de outras comunidades que, conhecendo bem os problemas da vida na periferia de causa própria ou por empatia, se levantam para auxiliar na luta pela emancipação na periferia. Tais agentes compõem o chamado terceiro setor (a saber, o primeiro como sendo o Estado e o segundo a iniciativa privada que busca lucro), formado por ONGs e iniciativas populares de atuação em causas diversas onde o poder público é moroso, ausente ou insuficiente atuando sozinho.

As organizações da sociedade civil, como hoje atuam, tiveram sua origem no século XX, ao perceber-se que o ideal liberal do Estado mínimo de modo algum era capaz de atender às necessidades sociais, às quais ficam à deriva dentro de um modelo econômico de exploração, ao mesmo tempo em que era evidente que, em países de presença estatal muito forte, também

se estava longe de atender demandas da sociedade. Com o advento do Estado Democrático de Direito e da Constituição Cidadã de 1988, foi aberta uma linha colaborativa entre o público e o privado.

Sem fins lucrativos, fundações e organizações têm desde então atuado, com seu corpo formado por cidadãos solidários, e esta atuação tem sido constante, desempenhando funções requeridas para potencializar a qualidade de vida em uma determinada comunidade. Promovendo assim cidadania, a fim de minimizar ou mesmo extinguir dificuldades, indo desde a facilitação de acesso à cultura, artes, capacitação, lazer e formação profissional, até oferecerem lugares seguros e responsáveis, com profissionais qualificados, para que as mães possam deixar os filhos enquanto vão trabalhar (BRANDÃO, 2020).

O trabalho notável focado em expressões artísticas junto à juventude periférica, no entanto, por vezes é discutido, uma vez que o foco de muitas ONGs passou gradativamente a ser mais voltado para as artes que para a formação profissional (BRANDÃO, 2020). Sem menosprezar o papel das artes, instrumentos de processos contínuos de libertação, consciência e de luta, e construtoras de expressões espirituais tão profundas que mudam vidas, alguns apontam para a falta de ensino profissionalizante, que traz possibilidades profissionais e de melhoria de renda.

Não cabe ao presente estudo debruçar-se sobre tal debate, haja vista que as duas vertentes têm sua razão, muito embora deva-se fugir das armadilhas neoliberalistas do industrialismo mecanicista que trata toda a vida estudantil como linhas num currículo, ignorando a produção científica que não tem ligação prática com lucro e as expressões artísticas espontâneas, parte daquilo que eleva o espírito humano desde antes mesmo da era da escrita.

O que se nota é que as ONGs, ao ocupar espaços vagos deixados por inúmeras outras instituições e setores, e aqui pode-se incluir não só o poder estatal, mas também a escola e mesmo a família, correm o risco de cativar os usuários a ponto de gerar uma dependência e um senso de obrigatoriedade, que delegue a estas instituições que ali estão para cumprir demandas e auxiliar na superação dos estigmas, o papel que deveria ser do estado. Reparando danos profundos que datam de séculos, agindo como um extensor social, um braço da democracia que vai onde a prefeitura, o estado e o governo federal jamais iriam, seja por incapacidade, seja por falta de vontade política.

Muitas inovações na área social estão sendo geradas todos os dias, inovações que nem sempre estão à vista do poder público, embora contribuam, diariamente, num trabalho lento, para a recuperação da autoestima da comunidade, reconquistando seu espaço e se reconhecendo em sua força, por vezes temida pelo empresariado elitista.

De qualquer modo, não há dúvida de que o terceiro setor é sim, hoje em dia, um transformador de realidades, importante meio de acesso da periferia à cidadania, enaltecedo o laço da comunidade e agregando o jovem, que se fortalece em sua sensação de pertencimento, expressa sua voz e ganha vigor a seus objetivos, projetos pessoais, carreira e luta no mercado de trabalho, dando à comunidade o caráter da qual as elites a tentam afastar.

A legislação brasileira destaca a necessária ação do Estado em vias de atentar à especial condição da juventude periférica, tanto no ECA quanto no estatuto da juventude (CECARELLI, 2021). O jovem deve ser sujeito ativo nas políticas públicas, e não apenas receptor nelas, para que constituam alguma diferença efetiva.

Aqui há o papel dos programas, a exemplo do ProJovem, o Prouni e o Fies na oferta de ensino técnico qualificado, e o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) para facilitar a oferta de emprego, ao dar a empresas que contratarem pessoas que tenham de 16 a 24 anos um incentivo financeiro, com a exigência de que o jovem precisa, para concorrer a uma das vagas criadas, ser frequente na escola e ter renda familiar *per capita* de no máximo meio salário-mínimo. Há ainda, como um elemento facilitador do acesso à cultura, o ID Jovem, que garante o direito de jovens de 15 a 29 anos de obter meia-entrada em eventos artísticos e culturais, e ainda reserva de vagas em veículos de transporte interestadual para jovens de baixa renda (IMIRANTE, 2018).

Há, no entanto, ainda um longo caminho a ser percorrido. Os programas que possuam como foco o jovem não devem ter como foco principal apenas o aspecto de formação profissional, correndo o risco de reproduzir mais uma vez os ciclos de dominação e objetificação desse trabalhador, conforme foi analisado. Atrelar toda a produção educacional e científica a um caráter meramente industrial e mercadológico é justamente manter o jovem nesta condição alienante, sem o caráter emancipador proveniente de um desenvolvimento reflexivo e crítico da parte do próprio jovem acerca do mercado de trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa procurou apresentar uma reflexão acerca dos estigmas sociais que são vivenciados por jovens nas periferias brasileiras, especialmente aqueles jovens que além da condição de periféricos e, consequentemente pobres, também são negros. Pode-se observar que a união desses três fatores é por muitas vezes fator determinante para tornar esses sujeitos alvos

preferenciais da exclusão social, do racismo, da vulnerabilidade social, da dificuldade de serem inseridos no mundo do trabalho e da violência que resulta na morte de milhares de jovens e adolescentes no nosso país.

Trata-se de um tema de grande relevância no cenário atual, marcado por crises econômicas que resultam em um crescimento considerável da faixa de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza e migrando para regiões periféricas. Por isso, nesse contexto se fez importante refletir sobre a periferia não como um lugar a ser ignorado ou marginalizado, mas como um espaço de cultura e de transformação social como qualquer outro.

Nesse sentido, os jovens da periferia do Brasil precisam não mais serem reconhecidos pelos inúmeros estigmas que trazem, impostos pela própria política de exclusão, mas sim, precisam ser valorizados nas suas condições de cidadãos, detentores de todos os direitos fundamentais garantidos pelos mecanismos legais. As vidas perdidas pelo preconceito, pelo racismo estrutural, extrapolam os índices de violência física.

Infelizmente, ainda falta há muito o que se fazer para que a igualdade de direitos se torne realidade, poderíamos dizer que o primeiro passo consiste em suplantar as inúmeras distorções sobre as quais se formou a sociedade brasileira. Urge a superação definitiva do preconceito da exclusão, da segregação, para que assim o país possa ser de fato, um Estado Democrático de Direito e promotor efetivo da cidadania e dos direitos fundamentais.

Obviamente, uma temática de tão grande complexidade exigiria muito mais discussões do que estas breves laudas permitem, de modo que é necessário que essa temática dos estigmas sociais e suas percepções entre os jovens de regiões periféricas seja mais discutida em âmbito acadêmico, no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo fomentados cada vez mais estudos atualizados acerca dessa temática para que o país e seus cidadãos possam se reconhecer de fato no território ao qual estão inseridos e que ali possam viver suas vidas sem medos.

Assim, se faz necessário, além do direcionamento do olhar do Estado e de toda a sociedade para essa temática, a construção de estratégias mais eficazes para a desconstrução desses estigmas, mesmo que a longo prazo são significativas para a geração de impacto positivo em relação a essa questão. É urgente aplicar as leis já existentes, como por exemplo, a que versa sobre o ensino de cultura afro brasileira e africana, a lei 10.639/2003, com vistas a ir mitigando expressões do racismo e seus consequentes desdobramentos. Tornar obrigatório também a capacitação de pessoas sobre as particularidades dessa população, dentro das instituições públicas e privadas também pode ser uma estratégia que gere bons frutos a longo prazo para essa população em questão.

Entender as particularidades das juventudes, suas expressões socioculturais e história, são de fundamental importância para a criação de espaços potencializadores dentro da sociedade e destas instituições públicas e privadas também. Além disso, criar espaços de trabalho para estes jovens dentro das próprias comunidades, pode amenizar a evasão escolar destes, fazendo com que eles não tenham que escolher entre estudar e trabalhar.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES.Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital..2. ed.- São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335 – 351, mai/ago, 2004.

ANTUNES, Ricardo; Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, (2011).

ANDRADE, Laís Melo de. *Paulo Freire e o Serviço Social, Pensar a Educação*, 2020. Disponível em <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/paulo-freire-e-o-servico-social/> acesso em 18 de Maio de 2022

ALENCAR, Vagner de. *Antes invisíveis, agora Morumbi quer muros reais com Paraisópolis*, Folha de S. Paulo, Agência Mural – São Paulo, 2020. Disponível em <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2020/07/14/antes-invisiveis-agora-morumbi-quer-muros-reais-com-paraisopolis/>, acesso em 21 de Maio de 2022

ALMEIDA, R.e D'ANDREA, T. **Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana**. Novos Estudos, n.º 68, março de 2004.

ARRECHEA, Fernanda. **A atualidade de Paulo Freire no Serviço Social do Coletivo da Cidade: uma análise da atuação profissional em seu caráter educativo**, UnB, Instituto de Ciências Humanas - Departamento de Serviço Social, Brasília, 2013. Disponível em [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/4923/1/2013\\_FernandaArrechea.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/4923/1/2013_FernandaArrechea.pdf), acesso em 18 de Maio de 2022

BATISTA, Waleska Miguel. A inferiorização do negro a partir do racismo estrutural. **Direito&Práxis**. V,09, n04, p.2581-2589, Rio de Janeiro, 2018. Disponivel em: <http://www.scielo.br/j/rdp/a/nkt6FjJDWMvfV7DsqfBY4XK/?lang=pt> Acesso em: 04 mar. 2022

BELMIRO, C. B. ; LUCENA, C. A. A relação entre juventude, trabalho e educação profissional no século XXI: uma análise sobre o Programa Jovem Aprendiz sob a perspectiva de classe social. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 20, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8653401. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653401>. Acesso em: 11 abr. 2022.

BELCHIOR, Antonio Carlos Gomes, (es). Como Nossos Pais In: BELCHIOR. Antonio Carlos Gomes. ALUCINAÇÃO, PolyGram, 1976. Rio de Janeiro. 1 disco sonoro.

BOIAGO, Daiane Letícia; DE SOUZA, Thaís Godoi. GERAÇÃO NEM NEM: TRABALHO E EDUCAÇÃO PARA PENSAR A JUVENTUDE BRASILEIRA. **EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL**, p. 47.

BRANDÃO, Marisa; O papel das ONGs na periferia, Portal Favela é isso aí, 2020. Disponível em: <https://www.favelaeissoai.com.br/noticias/1789/o-papel-das-ongs-na-periferia/#:~:text=Hoje%20do%20ponto%20de%20vista,a%20atua%C3%A7%C3%A3o%20das%20populares%20ONGs.>, acesso em 27 de Maio de 2022

BRASIL. Lei nº 10.097 de 19 de Dezembro de 2000. Lei da Aprendizagem. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho –CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de Maio de 1943.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm). Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL. Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm).

BRASIL, LEI N° 10.522/2022. Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências. Brasília, 19 de julho de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10522.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10522.htm) Acesso em: 04/05/2022

BRASIL, LEI N° 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 (Lei Antidrogas).

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm)

BREDA, Thalles Vichiato; Como a habitação social tem colaborado para o racismo estrutural. Nexo Jornal, (2020)

Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/Como-a-habita%C3%A7%C3%A3o-social-tem-colaborado-para-o-racismo-estrutural> Acesso em 13 de Maio de 2022

BRAGA JUNIOR, Sergio Alexandre de Moraes; Políticas Habitacionais Nacionais: Os Desafios ao Direito de Moradia nos Arranjos Institucionais do Programa Minha Casa Minha Vida Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais n. 56; Editora Unijuí, Natal-RN (2021)

BORGES, D, & CANO, I. **Índice de homicídios na adolescência: IHA 14**, 2017. Observatório de Favelas.

BOTTOMORE, T (org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Zahar Ed.: 1988.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CANETTIERI, T. O devir-periferia do mundo: crise do capital e a condição periférica. GEOgraphia, v. 24, n. 52, 30 mar. 2022.

CARVALHO, Marcio Bernardes de. Características sociais e econômicas contemporâneas da juventude brasileira. Rev. Humanidades em perspectivas, v. 1, n.1. , 2019  
Disponível em: <https://revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/7> . Acesso em: 11 abr. 2022.

CASTRO, Augusto; Senado derruba MP com minirreforma trabalhista; Senado Notícias, 01 de Agosto de 2021, Brasília,  
Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/01/senado-derruba-mp-com-minirreforma-trabalhista>, acesso em 24 de Maio de 2022

CECARELLI, Michele Cristina Pedroso; Juventude excluída e políticas públicas: um olhar a partir de estudantes de ensino médio; Tese (doutorado) – Unesp, Rio Claro, 2021

CONTRAF CUT. Fórum Mundial debate desafios e caminhos para a juventude trabalhadora2021  
Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/forum-mundial-debate-desafios-e-caminhos-para-a-juventude-trabalhadora/>

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. P.; POLOPONSKY, K. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. Dossiê Juventude e Trabalho, CEBRAP, v. 39, n. 3. 2020.

DE PAULA, Ana Camila Ribeiro; LEITE, Ingrid Lorena Da Silva; BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. **Juventudes, Cidade e Margens Urbanas: significações e experiências juvenis em territórios estigmatizados de Fortaleza-CE**. UFMA, CCH, VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2017, disponível em [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/juventudescidadeemargensurbana\\_ssignificacoesexperienciasjuvenisemterritorioestigmatizadosdefortalezace.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/juventudescidadeemargensurbana_ssignificacoesexperienciasjuvenisemterritorioestigmatizadosdefortalezace.pdf), acesso em 30 de Maio de 2022

DURÃES, Bruno Rodrigues. Do Trabalho Informal Tradicional ao Uberizado: história, inovação e pandemia. **NAU Social**, v. 11, n. 21, p. 361-375, 2020.

FIOCRUZ. Força de Trabalho mais barata é o jovem, 2021. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/forca-de-trabalho-mais-barata-do-mercado-e-a-jovem>>.

FERREIRA, Suelem Maria Santana Pinheiro. Periferia, violência e estigma sob o enfoque da promoção da saúde: relato de experiência na comunidade de Mata Escura, Salvador/Bahia. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v.16, n.1, p.01-12, jan./mar.2021.  
Disponível em:[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082021000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000100008) Acesso em 04 mar.2022.

FRANÇA, Rosilene Marcos Sobrinho de. AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS E O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, v.16, n.01, Brasília, 2019.  
Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1758>  
Acesso em 05mar.2022.

FREITAS, Hyndara. Xampu, miojo e frango: pequenos furtos levam pobres à prisão e mobilizam até o STF. Metrópoles, São Paulo, 16/10/2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/xampu-miojo-e-frango-pequenos-furtos-levam-pobres-a-prisao-e-mobilizam-ate-o-stf>. Acesso em: 04/05/2022

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50<sup>a</sup> ed.rev.e.atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GODINHO, Isabel Cavalcante. **Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, IPEA-CODE 2011, disponível em <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf>, acesso em 16 de maio de 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988

GOHN, Maria da Glória. **Morumbi: o contraditório bairro-região de São Paulo**. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 267-281, Maio/Ago. 2010

GOMES, André Luis. Et al. O que dizem os estudos sobre violência urbana? Uma análise das abordagens nacionais e internacionais. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/violencia-urbana> Acesso em 07 mar.2022.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. Educação em Revista. v.34, p.01-26, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/yyLS3jZvjjzrvqQXQc6Lp9k/?lang=pt> Acesso em 04 mar.2022.

GOMES, Maria de Fatima Cabral M; *Paulo Freire e o Serviço Social – elementos do pensamento freiriano para superação do conservadorismo na profissão*; **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, v.9, n. 27, p. 55-69, Rio de Janeiro: 2011

G1 CE, *Maioria das vítimas de homicídios em Fortaleza são jovens, negros, pobres e moram em periferia, aponta estudo*. **Portal G1 – Ceará**, 26/10/2021, Disponível em <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/26/maioria-das-vitimas-de-homicidios-em-fortaleza-sao-jovens-negros-pobres-e-moram-em-periferia-aponta-estudo.ghml>, acesso em 30 de Maio de 2022

G1 CE, *Shopping de Fortaleza obtém liminar que impede realização de rolezinho*. **Portal G1 – Ceará**, 18/01/2014, Disponível em <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/01/shopping-de-fortaleza-obtem-liminar-que-impede-realizacao-de-rolezinho.html>, acesso em 30 de Maio de 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. p. 112-115. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 11 abr. 2022.

IBGE, Fora da Escola e Longe do Mercado de Trabalho. Retratos: A revista do IBGE, Nº 18 Set/Out 2019. p.22-25, Rio de Janeiro, IBGE.

IMIRANTE, conheça os programas destinados aos jovens brasileiros, Cidadania, Portal Brasil, 31/03/2018.

Disponível em <https://imirante.com/noticias/brasil/2018/03/31/conheca-os-programas-destinados-aos-jovens-brasileiros>, acesso em 25 de Maio de 2022

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Orgs.). (2019). **Atlas da Violência**.

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf), acesso em 30 de Maio de 2022

LAKATOS, E. M.; Marconi, M. De A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2010.

LÔBO, C. B.; GOMES, M. A. de O. Acerca do jovem no mercado de trabalho: uma breveretrospectiva das propostas educativas no ensino profissionalizante no Brasil. Revista Exitus, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 493 - 518, 2019.

LOPES, C. S. C. As expectativas dos jovens com relação às habilidades necessárias no futuro do trabalho no Brasil em 2030. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação). Escola de Economia e Gestão. Portugal. 202

LIMA, M. E. O. Psicologia social do preconceito e do racismo. São Paulo: Blucher, 2020.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade** (M. Lança, Trad.) 2017. Antígona.

MARX, Karl;O Capital, Livro 1, Vol. 2 Civilização Brasileira; São Paulo,31ª edição (1998)

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Primeiro manuscrito, XXIII. In: COTRIM, G. Fundamentos da Filosofia. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 25-36.

MARX, K. c/ ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Sueli Tomassini Barros Cassal, Porto Alegre, L&PM, 2009.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. Serviço Social & Sociedade. n.133,p.463-479, set./dez.2018.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/FmSRPNQZhrqz9mMVWTJnwqP/abstract/?lang=pt> Acesso em 04 mar.2022.

MARTINS, Umberto; O capitalismo discrimina as mulheres para maximizar os lucros, FETRACONSPAR, (2012),

Disponível em:

[http://fetraconspar.org.br/01backup/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6712](http://fetraconspar.org.br/01backup/index.php?option=com_content&view=article&id=6712):

[o-capitalismo-discrimina-as-mulheres-para-maximizar-os-lucros&catid=167:mulheres&Itemid=89](https://books.scielo.org/id/4c6bv/pdf/minayo-9788575413852-03.pdf) Acesso em 13 de Maio de 2022

MINAYO, MCS. A condição juvenil no século XXI. In: MINAYO, MCS.; ASSIS, SG.; NJAINE, K., orgs. Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 17-43, 2011. Disponível em:<https://books.scielo.org/id/4c6bv/pdf/minayo-9788575413852-03.pdf> . Acesso em: 11 abr. 2022.

MÕES, Malu; CARDOSO, Jessica. *Paraisópolis comemora 100 anos durante reivindicações e conflitos*. Poder 360, 2021; Disponível em <https://www.poder360.com.br/brasil/paraisopolis-comemora-100-anos-durante-reivindicacoes-e-conflitos/#:~:text=O%20l%C3%ADder%20comunit%C3%A1rio%20afirma%20que,um%20abandono%2080%9D%2C%20diz%20Gilson>. Acesso em 16 de Maio de 2022,

MORAES, L. I. S. de; PILLOTTO, S. S. D.; VOIGT, J. M. R. Políticas públicas para educação profissional: década de 1990 e a desvinculação do ensino médio e técnico. Revistaon line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, p. 108–124, 2017.

NERI, Marcelo C. (Coordenador). “Juventude e Trabalho - Qual foi o Impacto da Crise na Renda dos Jovens? E nos Nem- Nem? “, Rio de Janeiro, RJ – Novembro/2019 - FGV Social – 28 páginas . Disponivel em <<https://cps.fgv.br/juventude-trabalho>>

NARLOCH, Leandro. Por que os trabalhadores fogem dos países com melhores leis trabalhistas? Veja, 31/07/2020  
Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/cacador-de-mitos/por-que-os-trabalhadores-fogem-dos-paises-com-8220-melhores-8221-leis-trabalhistas/>, acesso em 24 de Maio de 2022

NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zaratustra. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1983. ( Coleção A obra-prima de cada autor, v. 22 ).

OLIVEIRA, E. N. et. al. Discriminação racial de jovens negros no Brasil: revisão integrativa. Research, Societyand Development, v. 10, n. 14, 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.22013>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/22013/19517/264097>. Acesso em: 11 abr. 2022.

OLIVEIRA, Taís Virgínia Estevão de. Um estudo sobre a relação entre consumo e autoestima. UNIPÊ, João Pessoa, 2018.  
Disponível em <https://bdtcc.unipe.edu.br/wp-content/uploads/2019/08/Consumo-e-Autoestima-Tha%C3%ADs-vers%C3%A3o-final-convertido.pdf>, acesso em 24 de maio de 2022.

OLIVEIRA, S.F.; FERREIRA, A. S. G.; A RITO, I. N., BOTELHO, J. N., MENDONÇA, J. M.; DA SILVA, K. F.; FERNANDES, P. S.; SANTOS, T. O.; LA MORA, L. *Juventude e políticas públicas: um estudo sobre grupos juvenis da região metropolitana do Recife*. In: **Políticas públicas no território das juventudes**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de

Extensão, 2006. Disponível  
em:<[http://administradores.com.br/\\_resources/files/\\_modules/academics/academics\\_2771\\_20100310140733ca1d.pdf#page=46](http://administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_2771_20100310140733ca1d.pdf#page=46)>, Acesso em 21 de Maio de 2022

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas. Ipea, Brasília, 2021.

Disponível em:  
[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10623/1/td\\_2657.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10623/1/td_2657.pdf) Acesso em 04mar.2022.

PEREIRA, Fernanda Trogó. Desemprego, vidas matáveis e juventude negra da periferia urbana. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2020.

Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12642> Acesso em 04 mar.2022.

PESCARINI, Fábio. Furtos de comida e itens de necessidade são maioria em mais de 3.000 ações no STF. Folha de S. Paulo, Folhajus, São Paulo, 06/04/2022.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/furtos-de-comida-e-itens-de-higiene-sao-maioria-em-mais-de-3000-acoes-julgadas-no-stf.shtml> Acesso em: 04/05/2022

PIVETA, Ruth Tainá Aparecida; CARVALHAES, Flávia Fernandes de. A Juventude das periferias como alvo da violência: uma análise sobre enunciados difundidos pela sociedade brasileira. Psicologia Política, v.17, n.39, p. 277-292, mai./ago. 2017.

Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2017000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200007) Acesso em 04 mar.2022.

POSTONE, M. (2014 [1993]). Tempo, trabalho e dominação social. São Paulo: Boitempo.

Prefeitura de Fortaleza. *Célula da Proteção Comunitária será apresentada no Jangurussu nesta sexta-feira*. 21/12/2017, disponível em <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/celula-da-protecao-comunitaria-sera-apresentada-nojangurussu-nesta-sexta-feira-22>, acesso em 30 de Maio de 2022

PUBLI, Conheça a ONG que transforma a juventude de Paraisópolis, Catraca Livre, 23/12/2019,

Disponível em <https://catracalivre.com.br/programa-voa-2020/conheca-a-ong-que-transforma-a-juventude-de-paraisopolis/>, acesso em 27 de Maio de 2022.

RIBEIRO, Darci. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. Ed. Cia das letras. São Paulo: 1995, p. 23-24

RIBEIRO, Bi; BARONE, João; VIANNA, Herbert; (es). Alagados in: Sucesso, Paralamas do. Selvagem?, EMI Records. 1986, Rio de Janeiro, 1 disco sonoro.

RODRIGUES, Antônio; *Jovem consegue emprego após exibir cartaz em semáforos de Juazeiro do Norte*. Diário do Nordeste, 27/09/2021, disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/jovem-consegue-emprego-apos-exibir-cartaz-em-semaforos-de-juazeiro-do-norte-1.3141246>, acesso em 30 de Maio de 2022

RADO, Sonia Cristina; BONETI, Lindomar Wessler. A JUVENTUDE EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL E AS POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO. In: IX

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 2009, Paraná. Anais. Paraná: PUCPR,2009, p. 3607-3618.

Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/3032\\_1578.pdf](https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/3032_1578.pdf). Acesso em: 21 abr. 2022.

SACHETO, Cesar; *Desigualdade em SP: Morador da periferia vive 23 anos a menos.* R7, São Paulo, Disponível em <https://noticias.r7.com/sao-paulo/desigualdade-em-sp-morador-da-periferia-vive-23-anos-menos-29102020>, acesso em 21 de Maio de 2022

SABRA. *Como o Assistente Social pode auxiliar no desenvolvimento da juventude?* 2019, Sociedade Artística Brasileira, Disponível em <https://www.sabra.org.br/site/como-o-assistente-social-pode-auxiliar-no-desenvolvimento-da-juventude/>, acesso em 16 de Maio de 2022

SAMPAIO, Simone Sobral; MENEGHETTI, Gustavo. Entre a vida e a morte: Estado, racismo e a “pandemia do extermínio” no Brasil. *Katálysis*, v.23, n.03, p.635-647, set./dez.2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/zD86k4Rfnd5gDwh6jG8Jgqq> Acesso em 04 mar.2022.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda; Capitalismo e fome; ComCiência, 2021. Disponível em <https://www.comciencia.br/capitalismo-e-fome/>, acesso em 24 de Maio de 2022

SARINGER, Giuliana; MP do governo precariza e reduz 'drasticamente' vagas para jovens, diz Ciee, UOL Economia, 11/05/2022  
Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/11/mp-da-aprendizagem-ciee.htm?cmpid=copiaecola>, acesso em 25 de Maio de 2022

SIILVA JÚNIOR, Paulo Roberto da; SILVA, Peter Augusto da. A luta política dos coletivos juvenis na periferia e a ressignificação do território. *Interfaces científicas*. v.09, n.02, p.183-200, Aracajú, 2021.  
Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/9709> Acesso em 04 mar.2022.

SOUZA, Jessé – A elite do atraso- Da escravidão à Lava Jato. Leya, Rio de Janeiro:2017.

SOUZA, Jessé; GRILLO, André – Ralé Brasileira: Quem é e como convive; ed. Ufmg:2016

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. Ultima Década, [S.L.], v. 12, n. 20, p. 47-69, jun. 2004. Agencia Nacional de Investigacion y Desarrollo(ANID).

Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-22362004000100003](https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000100003) .Acesso em: 23 abr. 2022.

SOUZA, Gustavo Bruno Pereira de; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; REIS, Lilian Perdigão Caixêta. Crise dentro da crise: a inserção laboral juvenil e sua configuração no contexto do novo coronavírus. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 32, n. 1, p.90-108, 2021.

SUDRÉ, Lu. *Massacre de Paraisópolis: familiares lutam por justiça em meio a dor e*

**saudade. Brasil de Fato**, São Paulo (SP), 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/01/massacre-de-paraisopolis-familiares-lutam-por-justica-em-meio-a-dor-e-saudade>, acesso em 21 de Maio de 2022

TVJ1, *Jovens são barrados e constrangidos em shopping de sobral*. **TV J1**, 17/01/2016, disponível em <https://tvj1.com.br/regional/noticias/jovens-sao-barrados-e-constrangidos-em-shopping-de-sobral.html>, acesso em 30 de Maio de 2022.

UMBELINO, G.; SATHLER, D. Os jovens no futuro: projeções para o Brasil Metropolitano em 2020 e 2030. IN: BARBER-MADDEN, Rosemary; SANTOS, Taís de Freitas. **A JUVENTUDE BRASILEIRA NO CONTEXTO ATUAL E EM CENÁRIO FUTURO**. Brasília: Unfpa, 2016. 188 p.  
Disponível em: [https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/livro\\_juventude.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/livro_juventude.pdf). Acesso em: 21 abr. 2022.

VENDRAMINI, C. R. et al. Escola, trabalho e perspectiva de futuro de jovens estudantes. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 12, n. 4. 2017.

VICENTE, Eliana. Um estigma incontornável. *Interações Sociais*, v.03, n.01, p.27- 41, jan./jun.2019.  
Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/9111> Acesso em 04 mar.2022.

WESTIN, Ricardo. *Negro continuará sendo oprimido enquanto o Brasil não se assumir racista, dizem especialistas*, **Agência Senado**, 22/06/2020, disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/negro-continuara-sendo-oprimido-enquanto-o-brasil-nao-se-assumir-racista-dizem-especialistas>, acesso em 30 de Maio de 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A dimensão política do trabalho do assistente social**, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014 Disponível em <https://doi.org/10.1590/0101-6628.004>, acesso em 16 de maio de 2022

ZAP; Conheça os bairros que concentram famosos e celebridades, Zap Imóveis, 2015.  
Disponível em <https://www.zapimoveis.com.br/blog/conheca-os-bairros-que-concentram-famosos-e-celebridades/#:~:text=J%C3%A1%20não%20Morumbi%20%C3%A9%20poss%C3%ADvel,canhoto%20e%20apresentador%20Ronnie%20Von>, acesso em 21 de Maio de 2022